

## **BOMBRIL S.A.**

### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 31 DE DEZEMBRO DE 2010**

**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

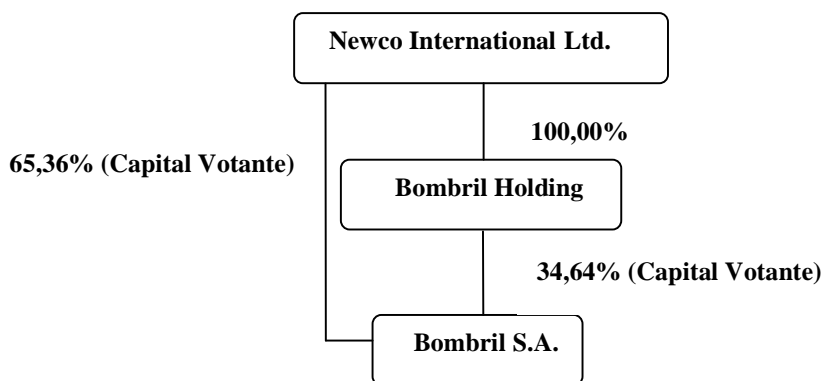
#### **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Bombril S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto. Sua controladora é a Newco International Limited, empresa sediada na República das Bahamas, e seu acionista principal é o Sr. Ronaldo Sampaio Ferreira. Sua sede e principal local de negócios se situa na cidade de São Bernardo do Campo.

A Bombril S.A. (“Companhia”) atua no segmento da indústria de higiene e limpeza, fabricando produtos de consumo doméstico e industrial, dentre os quais se destacam: lâ de aço, detergentes líquidos, saponáceos, desinfetantes, limpadores, lava-roupas, amaciantes e outros, os quais chegam à casa do consumidor através de marcas consagradas como Bombril, Limpol, Sapólio Radium, Pinho Bril, Pratices, Tanto, Mon Bijou, Lysoform entre outras.

No período entre 28 de julho de 2003 até 7 de julho de 2006, a Companhia esteve sob Administração Judicial em razão de execução movida pela Newco International Ltd., contra a então controladora indireta, Cirio Finanziaria S.p.A, e controladora direta, Bombril Holding S.A..

A estrutura atual de controle da Companhia está representada, conforme segue:



A Administração tem colocado em ação uma série de medidas visando o direcionamento da Companhia para o crescimento e expansão de seus negócios, melhoria da sua situação patrimonial e financeira e aumento da geração positiva de seu fluxo de caixa.

Entre estas medidas, destacamos:

- (i) Permanente atenção aos custos e despesas, com programas internos de monitoramento e revisão de contratos, negociação com os principais fornecedores e o fortalecimento dos controles internos;
- (ii) Revisão qualitativa nas políticas comerciais, buscando melhor equilíbrio nas relações com os clientes e rentabilidade dos produtos;
- (iii) Equalização do perfil de endividamento financeiro da Companhia, gerando caixa para o capital de giro e buscando recursos de médio e longo prazo no mercado financeiro, preferencialmente para os investimentos necessários à sua expansão;
- (iv) Manutenção dos investimentos industriais que são de fundamental importância para a atualização e modernização do parque fabril, além de proporcionar significativas reduções de custos;
- (v) Investimentos em campanhas de marketing para preservação e crescimento da imagem e presença dos produtos no mercado, nos diversos segmentos em que atua;
- (vi) Desenvolvimento e lançamento de diversos produtos, ampliando a cesta de soluções de higiene e limpeza, como requisito para a expansão dos negócios e maior presença da Companhia no mercado;
- (vii) Projetos de redução de custos e de desenvolvimento da malha de distribuição comercial e logística, através de projeto de “Go to Market” entre outros.

## **2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

A emissão das presentes demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 28 de março de 2012, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que tiveram efeito sobre estas demonstrações financeiras.

### **2.1. Declaração de conformidade**

- As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstrações Financeiras.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (“IFRS”) emitidas pelo IASB.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas, em empreendimentos controlados em conjunto e coligadas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando conforme as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o Passivo a Descoberto consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o Passivo a Descoberto e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto.

## 2.2. Demonstrações financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de todas as suas controladas diretas e indiretas, apresentadas abaixo e são elaboradas em conformidade com as práticas de consolidação e dispositivos legais aplicáveis. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o período estão incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição ou até a data da efetiva alienação, conforme aplicável. O saldo dos resultados abrangentes é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações de não controladores, mesmo se resultar em saldo negativo dessas participações.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme e consistente em todas as Sociedades consolidadas. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas são eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Essas demonstrações financeiras apresentam os saldos das contas e transações da Companhia e das seguintes controladas:

*Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A.*

Controlada integral da Bombril S.A., com sede em São Bernardo do Campo - SP, tendo como principal atividade a compra, venda, locação, incorporação e construção de imóveis próprios, além da participação societária direta de 100% no capital social da Bombril Mercosul S.A. de 12,15% da Bombril Overseas Inc.

*Bombril Mercosul S.A.*

Controlada indireta integral da Bombril S.A., por meio da empresa Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A., com sede em São Bernardo do Campo – SP. A controlada, atualmente, não desenvolve atividades industriais e, por decorrência, aluga o seu ativo imobilizado para a Companhia.

*Ecoville Empreendimentos e Construções S.A.*

Em 30 de abril de 2010, ocorreu a alteração da denominação social da Tevere Empreendimentos e Construções S.A. para Ecoville Empreendimentos e Construções S.A. Esta é controlada direta da Bombril S.A, que detém participação de 78,18%, está sediada em Araçatiguama – SP e tem como principal objetivo a construção civil, a urbanização, os melhoramentos das áreas urbana ou rural, a realização de obras de infra-estrutura e de loteamento e incorporação por conta própria e de terceiros.

*Bombril Overseas Inc.*

Controlada da Bombril S.A. com participação direta em 87,85% e participação indireta de 12,15% por meio da Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A., a Bombril Overseas Inc. está constituída sob as leis das Ilhas Virgens Britânicas e com o objetivo social de explorar qualquer tipo de atividade empresarial permitida pela legislação daquele país.

Os registros contábeis da controlada Bombril Overseas Inc. relativos aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2002 até o período encerrado em 2005 foram reconstituídos pelos seus administradores, tendo por base cópias de documentos, contratos, planilhas de controle, etc. A Administração está tomando as providências necessárias quanto à documentação original e demais assuntos ligados a essa controlada.

*Succespar Ecoville Engenharia e Desenvolvimento Imobiliário Ltda.*

Constituída em 28 de maio de 2010, esta empresa é controlada indireta da Bombril S.A., por meio da Ecoville Empreendimentos e Construções S.A. que detém participação de 60,38%, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, tendo como principais atividades obras de urbanização – ruas, praças, calçadas, aluguel, compra e venda de imóveis próprios e serviços de engenharia e arquitetura.

*São Paulo Prime Outlets S.A.*

Constituída em 27 de maio de 2011, esta empresa é controlada indireta da Bombril S.A., por meio da Ecoville Empreendimentos e Construções S.A. que detém participação de 24,49%, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, tendo como principais atividades obras de urbanização – ruas, praças, calçadas, aluguel, compra e venda de imóveis próprios e serviços de engenharia e arquitetura.

*Bril Cosméticos S.A.*

Constituída em 3 de maio de 2011 esta empresa é controlada da Bombril S.A. com participação direta em 75% com sede em São Bernardo do Campo - SP, tendo como principal atividade o comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria e higiene pessoal.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Bombril S.A. e das seguintes controladas:

Sociedades	Participação (%)			
	31.12.11		31.12.10	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A.	100%	0%	100%	0%
Ecoville Empreendimentos e Construções S.A.	78,18%	0%	75,66%	0%
Bombril Mercosul S.A.	0%	100%	0%	100%
Bombril Overseas Inc.	87,85%	12,15%	87,81%	12,19%
Succespar Ecoville Engenharia e Desenvolvimento Imobiliário Ltda.	0%	60,38%	0%	58,43%
São Paulo Prime Outlets S.A.	0%	24,49%	0%	0%
Bril Cosméticos S.A.	75%	0%	0%	0%

### 2.3. Sumário das Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez denominados em reais, com alto índice de liquidez de mercado e vencimentos não superiores aos 90 dias, ou para os quais inexistem multas ou quaisquer outras restrições para seu resgate imediato com baixo risco de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

b. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários, quando aplicável, são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Subseqüentemente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

c. Contas a receber de clientes

São apresentadas ao valor presente, se relevante, e de realização. No período apresentado, o ajuste a valor presente calculado das contas a receber de clientes de curto prazo foi considerado não relevante. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. É constituída com base em análise de risco de inadimplência de cada conta a receber e em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às prováveis perdas na realização dos créditos.

d. Estoques

Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, não excedendo o seu valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método de absorção utilizando a média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

e. Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais, as informações das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

f. Imobilizado

O imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, formação ou construção deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável. Melhorias nos bens existentes são acrescidas ao imobilizado e custos de manutenção e reparo são lançados a resultado quando incorridos. O saldo da reserva de reavaliação, conforme facultado pela Lei nº 11.638/07, será mantido até sua completa amortização, que segue a vida útil do bem reavaliado.

As depreciações são calculadas pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual, após sua vida útil, seja integralmente baixado com as taxas de depreciação demonstradas na nota explicativa nº. 14. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

g. Custo dos empréstimos

Os custos dos empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos.

h. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada ou provisão para perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Ativos que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou método que reflita o benefício econômico do ativo intangível.

i. Provisão para perdas do valor recuperável de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Os ativos intangíveis de vida útil indeterminada têm o seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, ou sempre que há indicadores de perda de valor. Quando o valor contábil líquido dos referidos ativos ultrapassa o recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o seu valor líquido de venda, essa diferença é reconhecida no resultado do exercício.

j. Arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado e no passivo em empréstimos e financiamentos, pelo menor valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato e o valor justo do ativo; acrescidos quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. É depreciado pela vida útil esperada. Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa numa base sistemática que represente o período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que estes pagamentos não sejam feitos nessa base.

k. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

l. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

(i) Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por empresa do grupo, com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

(ii) Impostos diferidos

O imposto de renda e contribuições sociais diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os saldos de ativos e passivos registrados nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.



A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

m. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência ou obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

n. Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

(i) *Ativos Financeiros*

*Reconhecimento inicial e mensuração*

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de *hedge* eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ela se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, outras contas a receber e créditos com partes relacionadas.

### *Mensuração subsequente*

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

*Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado:* Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. A Companhia classifica nesta categoria caixa e equivalentes de caixa.

*Empréstimos e recebíveis:* Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. A Companhia classifica nesta categoria as contas a receber e outras contas a receber.

*Investimentos mantidos até o vencimento:* Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. A Companhia classifica nesta categoria títulos e valores mobiliários.

*Ativos financeiros disponíveis para venda:* Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. Estes ativos financeiros incluem instrumentos patrimoniais e de títulos de dívida. A Companhia não classificou nenhum ativo financeiro nesta categoria nas datas dos balanços patrimoniais.

*Desreconhecimento (baixa):* Um ativo financeiro é baixado quando a) Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; b) A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; (c) A Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (d) A Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

### *Ativos financeiros ao custo amortizado*

Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, a Companhia inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se a Companhia concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e a Companhia os avalia em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja ou continue a ser reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

### *Investimentos financeiros disponíveis para venda*

Para instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda, a Companhia avalia se há alguma evidência objetiva de que o investimento é recuperável a cada data do balanço. Para investimentos em instrumentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, evidência objetiva inclui uma perda significativa e prolongada no valor justo dos investimentos, abaixo de seu custo contábil.

### *(ii) Passivos financeiros*

#### *Reconhecimento inicial e mensuração*

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, contas garantias (conta-corrente com saldo negativo), empréstimos e financiamentos, contratos de garantia financeira e instrumentos financeiros.

#### *Mensuração subsequente*

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

*Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado:* Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. A Companhia não classificou nenhum passivo financeiro nesta categoria nas datas dos balanços patrimoniais.

*Empréstimos e financiamentos:* Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. A Companhia classificou nesta categoria as contas de empréstimos e financiamentos.

*Desreconhecimento (Baixa):* Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

(iii) Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição e o valor de qualquer participação de não controladores na aquisição.

Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuídos à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação por parte da adquirente, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

o. Participação nos lucros e resultados

A Companhia mantém um plano para participação nos lucros e resultados que proporciona aos seus empregados o direito de participar nos lucros da Companhia. Os montantes registrados para participação nos resultados estão baseados na política de remuneração variável, caso sejam atendidas as metas de performance estabelecida.

p. Reconhecimento da receita de vendas

A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos e dos descontos incidentes sobre esta. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas e os descontos sobre vendas quando conhecidos. As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável. Os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável, é provável que os benefícios econômicos sejam recebidos e os riscos e os benefícios dos produtos foram integralmente transferidos ao comprador.

q. Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional de apresentação da Bombril S.A..

A Bombril Overseas, localizada no exterior, possui corpo gerencial próprio, bem como independência administrativa e financeira, tendo como moeda funcional, o dólar (US\$). Portanto, seus ativos e passivos e resultados são convertidos pelo seguinte método: (i) Ativos e passivos convertidos pela taxa de fechamento; (ii) Passivo a Descoberto convertido pela taxa em vigor nas datas das transações; (iii) Receitas e despesas convertidos pela taxa média, desde que não tenham ocorrido flutuações significativas do câmbio. Os efeitos das variações cambiais resultantes dessas conversões são classificados como outros resultados abrangentes e acumuladas no Passivo a Descoberto.

r. Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pelas normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

### **3. JULGAMENTO, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS**

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativa a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas caso se a revisão afetar apenas este período ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

A seguir são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no final de cada período de relatório, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício.

(i) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O método do passivo de contabilização de imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada encerramento das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o ativo fiscal.

(ii) Teste de redução do valor recuperável de ativos

Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis. Na data de encerramento do exercício, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável de acordo com as unidades geradoras de caixa. Até as datas de encerramento dos exercícios nenhuma evidência foi identificada.

(iii) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 23. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

(iv) Vida útil dos bens

Conforme descrito na nota explicativa nº 14, a Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no final de cada exercício do relatório.

#### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora			Consolidado		
	31.12.11	31.12.10	31.12.09	31.12.11	31.12.10	31.12.09
Caixa e bancos	2.742	3.605	2.211	3.186	3.667	2.515
Aplicações financeiras -						
CDBs	14.037	45.860	17.952	19.010	45.860	18.007
Total	16.779	49.465	20.163	22.196	49.527	20.522

Em 31 de dezembro de 2011, os Certificados de Depósitos Bancários (“CDB”) são remunerados por taxas que variam entre 100,00% e 110,0% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI

#### 5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora			Consolidado		
	Investimento mantidos até o vencimento registrado ao valor de custo amortizado.					
	31.12.11	31.12.10	31.12.09	31.12.11	31.12.10	31.12.09
Operações compromissadas	17.380	14.324	16.802	17.936	16.911	16.803
Total	17.380	14.324	16.802	17.936	16.911	16.803

Em 31 de dezembro de 2011, as Operações compromissadas com os empréstimos e financiamentos são remuneradas por taxas que variam entre 100,00% e 110,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

Os vencimentos dos títulos ocorrerão no início de 2012.

## 6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora			Consolidado		
	31.12.11	31.12.10	31.12.09	31.12.11	31.12.10	31.12.09
Contas a receber de clientes	142.465	104.865	158.749	144.548	106.609	162.116
(-) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(2.420)	(3.453)	(5.252)	(4.030)	(5.062)	(6.861)
Total	<u>140.045</u>	<u>101.412</u>	<u>153.497</u>	<u>140.518</u>	<u>101.547</u>	<u>155.255</u>

O risco de crédito das contas a receber advém da possibilidade da Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas. Para reduzir o risco de crédito, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecimento de um limite de crédito e acompanhamento permanente do seu saldo devedor. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi calculada com base na análise individual de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, e considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. Nos casos de inadimplência, o grupo adota o procedimento de cobrança direta ao cliente, terceirização da cobrança e em alguns casos cobrança judicial.

A composição de contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

	Controladora			Consolidado		
Contas a receber	31.12.11	31.12.10	31.12.09	31.12.11	31.12.10	31.12.09
A vencer	119.935	87.071	136.381	122.018	87.164	138.149
Vencidos:					-	
De 1 a 30 dias	12.738	8.160	8.685	12.738	8.160	8.686
De 31 a 60 dias	2.000	1.501	2.056	2.000	1.501	2.056
De 61 a 90 dias	817	949	640	817	949	640
Acima de 90 dias	6.975	7.184	10.987	6.975	8.835	12.585
	<u>142.465</u>	<u>104.865</u>	<u>158.749</u>	<u>144.548</u>	<u>106.609</u>	<u>162.116</u>

A movimentação das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 está demonstrada a seguir:



	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2009	(5.252)	(6.861)
Adições	(2.012)	(2.012)
Baixas	3.811	3.811
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>(3.453)</u>	<u>(5.062)</u>
Adições	(1.131)	(1.132)
Baixas	2.164	2.164
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>(2.420)</u>	<u>(4.030)</u>

## 7. OUTROS ATIVOS

	Controladora			Consolidado		
	31.12.11	31.12.10	31.12.09	31.12.11	31.12.10	31.12.09
Adiantamento à empregados	1.200	1.078	961	1.130	1.079	1.080
Adiantamento à fornecedores	1.506	611	2.326	1.930	611	2.326
Bloqueio judicial	1.649	316	-	1.776	435	-
Despesas antecipadas	798	1.312	686	798	1.312	686
Outros	4	19	9	4	43	9
Total	<u>5.157</u>	<u>3.336</u>	<u>3.982</u>	<u>5.638</u>	<u>3.480</u>	<u>4.101</u>

## 8. ESTOQUES

	Controladora			Consolidado		
	31.12.11	31.12.10	31.12.09	31.12.11	31.12.10	31.12.09
Produtos acabados	30.775	22.232	17.400	30.794	22.231	17.400
Produtos em elaboração	908	741	475	908	741	475
Matérias-primas	16.638	10.947	10.756	16.638	10.947	10.756
Materiais de embalagem	11.626	11.248	9.139	11.626	11.248	9.139
Projetos imobiliários	-	-	-	61.640	61.802	66.746
Provisão para obsolescência	(470)	(1.522)	(3.015)	(470)	(1.522)	(3.015)
Importações em andamento	952	-	-	952	-	-
Outros	939	852	604	939	852	604
Total	<u>61.368</u>	<u>44.498</u>	<u>35.359</u>	<u>123.027</u>	<u>106.299</u>	<u>102.105</u>
Circulante	61.368	44.498	35.359	82.027	64.488	47.110
Não circulante	-	-	-	41.000	41.811	54.995

O projeto imobiliário compreende o empreendimento denominado Ecoville, localizado no km 46,2 da Rodovia Castelo Branco sentido capital interior e mais uma gleba de terra localizada aproximadamente no mesmo km da referida Rodovia no sentido interior capital, ambas no mesmo município de Araçariguama, Estado de São Paulo, ainda em fase de implantação.

Em dezembro de 2011, a Companhia avaliou a recuperabilidade do valor contábil do terreno com base no valor de mercado menos os custos para vender e não identificou a necessidade de constituição de provisão para recuperação de ativos.

A movimentação da provisão para perdas está demonstrada a seguir:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	(3.015)	(3.015)
Adições	(3.893)	(3.893)
Baixas	408	408
Reversão de provisão	4.978	4.978
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	<u>(1.522)</u>	<u>(1.522)</u>
Adições	(4.552)	(4.552)
Reversão de provisão	5.604	5.604
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	<u>(470)</u>	<u>(470)</u>

## 9. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>Controladora</u>			<u>Consolidado</u>		
	<u>31.12.11</u>	<u>31.12.10</u>	<u>31.12.09</u>	<u>31.12.11</u>	<u>31.12.10</u>	<u>31.12.09</u>
IRPJ e CSLL a recuperar	1.308	5.968	11.689	1.939	6.390	12.105
ICMS a recuperar	3.982	5.839	2.745	3.982	5.835	2.736
Pis e Cofins a recuperar	359	998	-	359	998	-
Outros	<u>281</u>	<u>78</u>	<u>169</u>	<u>306</u>	<u>78</u>	<u>178</u>
Total	<u>5.930</u>	<u>12.883</u>	<u>14.603</u>	<u>6.586</u>	<u>13.301</u>	<u>15.019</u>
Circulante	3.940	10.536	14.550	4.160	10.539	14.569
Não circulante	<u>1.990</u>	<u>2.347</u>	<u>53</u>	<u>2.426</u>	<u>2.762</u>	<u>450</u>

## 10. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

### a. Controladora

#### a.1. Ativo

Sociedades	31.12.11	31.12.10	31.12.09	Juros e atualização	Vencimento
<u>Contas a receber:</u>					
Em moeda local:					
Controladas					
Bril Cosméticos S.A.	1.756	-	-	-	-
Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A.	-	-	1.296		
Pronto S.A.	-	-	6.357		
Ecoville Empreendimentos e Construções S.A.	145	-	-	-	-
Total	<u>1.901</u>	<u>-</u>	<u>7.653</u>		

#### a.2. Passivo

Sociedades	31.12.11	31.12.10	31.12.09	Juros e atualização	Vencimento
Controladas					
Em moeda estrangeira:					
Euro:					
Bombril Overseas Inc.(a)	337.190	308.627	347.320	Vide nota 18	Vide nota 18
Em moeda local:					
Bombril Mercosul S.A. (b)	34.610	37.625	44.547	-	2/3/2012
Ecoville Empreendimentos e Construções S.A.(b)	-	14.676	-	-	30/9/2011
Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A. (b)	<u>97</u>	<u>236</u>	<u>-</u>	-	2/3/2012
Total	<u>371.897</u>	<u>361.164</u>	<u>391.867</u>		
Circulante	34.707	14.676	-		
Não circulante	337.190	346.488	391.867		

(a) Saldo a pagar referente emissão de títulos no exterior, conforme detalhado na nota explicativa nº 18.

(b) Saldo proveniente de operações comerciais de alugueis de bens do ativo imobilizado e movimentações financeiras.

Os valores do passivo em moeda local não possuem incidência de juros.

**b. Consolidado**

**b.1. Passivo**

Sociedades	31.12.11	31.12.10	31.12.09	Juros e atualização	Vencimento
Em moeda local:					
Controladora					
Newco International Limited	-	208	208	-	janeiro a abril de 2007
Neusa Gambatto Armstrong e John Philip Armstrong	5.000	-	-	-	-
Total	<u>5.000</u>	<u>208</u>	<u>208</u>		

**c. Receitas e despesas com controladas para os exercícios encerrados em 31 de Dezembro de 2011, 2010 e 2009**

Sociedades	Operações comerciais			Variações cambiais					
	31.12.11	31.12.10	31.12.09	Receitas			Despesas		
Bombril Mercosul S/A	(3.209)	(3.246)	(2.878)	-	-	-	-	-	-
Bombril Overseas Inc.	-	-	-	32.331	83.857	128.195	(60.894)	(45.164)	(29.960)
Total	<u>(3.209)</u>	<u>(3.246)</u>	<u>(2.878)</u>	<u>32.331</u>	<u>83.857</u>	<u>128.195</u>	<u>(60.894)</u>	<u>(45.164)</u>	<u>(29.960)</u>

## **11. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES**

O valor global e anual da remuneração dos administradores e dos Conselhos de Administração e Fiscal foi fixado em até o limite de R\$ 7.500 para o exercício de 2011, conforme deliberação da Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária em 29 de abril de 2011. O montante pago até 31 de dezembro de 2011 foi de R\$ 5.677 (R\$ 5.673 em 2010), que correspondem a benefícios de curto prazo. A Companhia não

remunera seus administradores com planos baseados em ações, benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo.

## 12. VALORES A RECEBER E A PAGAR DE TERCEIROS

### a. Controladora

#### a.1. Ativo

Sociedades	31.12.11	31.12.10	31.12.09	Juros e atualização	Garantia
<u>Valores a receber:</u>					
Em moeda local:					
Cragnotti & Partners Capital Investment Brasil S.A.(a)	94.154	94.154	94.154	100% do CDI	Cirio Holding S.p.A
Cirio Brasil S.A. (a)	12.822	12.822	12.822	100% do CDI	Bombril Holding S.A.
Cirio Brasil S.A. (a)	208	189	172	1% a.m.	-
Arbeit Bebidas e Alimentos Ltda.	1.158	1.027	880	1% a.m + IGPM	-
Sub-total	108.342	108.192	108.028		
Provisão para perdas	(108.342)	(108.192)	(108.028)		
Total	-	-	-		

#### a.2. Passivo

Sociedades	31.12.11	31.12.10	31.12.09	Juros e atualização	Garantia
Em moeda estrangeira:					
Euro					
Societá Sportiva Lázio (a)	21.378	18.872	20.559	Euribor Trim.+ 3,2% a.a.	-
Em moeda local:					
Agropecuária Cirio Ltda.(a)	234	209	190	100% do CDI	-
Total	21.612	19.081	20.749		

(a) Referem-se a saldos a receber e a pagar pertencentes ao antigo acionista controlador.

## b. Consolidado

### b.1. Ativo

Sociedades	31.12.11	31.12.10	31.12.09	Juros e atualização	Garantia
<u>Valores a receber:</u>					
Em moeda estrangeira:					
Dólar norte-americano:					
C&P Cap.Invest.N.V.(1)	278.310	247.212	258.340	10% a.a.	-
C & P Overseas Ltd (1)	590.678	524.676	548.293	10,25% a.a.	-
Em moeda local:					
Cragnotti & Partners Capital Investment Brasil S.A.(1)	94.154	94.154	94.154	100% do CDI	-
C & P Overseas Ltd. (1)	183.142	183.142	183.142	100% do CDI	Cragnotti & Partners Capital Investment Brasil S.A.
Círio Brasil S.A.(1)	12.822	12.822	12.822	100% do CDI	Bombril Holding S.A.
Círio Brasil S.A. (1)	208	189	172	1% a.m.	-
Arbeil Bebidas e Alimentos Ltda.	1.158	1.027	880	1% a.m + IGPM	-
Sub-total	1.160.472	1.063.222	1.097.803		
Provisão para perdas (c)	(1.160.472)	(1.063.222)	(1.097.803)		
Total	-	-	-		

À exceção da variação cambial, a maior parte dos itens do quadro acima deixou de gerar receitas financeiras desde junho de 2003, em virtude da falência do grupo Círio.

### b.2. Passivo

Sociedades	31.12.11	31.12.10	31.12.09	Juros e atualização	Garantia
Em moeda estrangeira:					
Euro:					
Societá Sportiva Lázio (1)	21.378	18.872	20.559	Euribor trim.+ 3,2% a.a.	-
Em moeda local:					
Cragnotti & Partners Capital Investment Brasil S.A.(1)	34.426	30.765	28.017	100% do CDI	Bombril Holding S.A.
Agropecuária Círio Ltda. (1)	234	209	190	100% do CDI	-
Total	56.038	49.846	48.766		

(1) Referem-se a saldos a receber e a pagar pertencentes ao antigo acionista controlador.

#### c. Provisão para perdas de valores a receber com terceiros

Em virtude da confirmação do estado de insolvência da Cirio Finanziaria S.p.A. e de sua controladora Cirio Holding S.p.A., a Administração da Bombril S.A. decidiu constituir provisão, em 30 de junho de 2003, para fazer face a eventuais perdas com a realização de direitos de crédito que a Companhia possui contra a Sociedade declarada insolvente.

Dessa forma, foram constituídas provisões para perdas de recebíveis de terceiros que não apresentam evidências de condições para liquidação de seus débitos, tais como Cragnotti & Partners Capital Investment N.V., C & P Overseas Ltd., Cragnotti & Partners Capital Investment Brasil S.A. e Cirio Brasil S.A..

Foram registradas provisões para perdas sobre os créditos com terceiros demonstrados a seguir:

Empresas	31.12.11		31.12.10		31.12.09	
	Bombril S.A.	Bombril Overseas Inc	Bombril S.A.	Bombril Overseas Inc	Bombril S.A.	Bombril Overseas Inc
C&P Overseas Ltd.	-	773.820	-	707.818	-	731.435
Cragnotti & Partners Capital Investment Brasil S.A.	94.154	-	94.154	-	94.154	-
C&P Capital Invest. NV	-	278.310	-	247.212	-	258.340
Cirio Brasil S.A.	13.030	-	13.011	-	12.994	-
Arbeit Bebidas e Alimentos Ltda.	1.158	-	1.027	-	880	-
Total	108.342	1.052.130	108.192	955.030	108.028	989.775

#### d. Confirmação de saldos com terceiros

A Administração da Companhia não encontrou elementos suficientes e adequados para confirmação dos saldos das contas de ativo e passivo referentes a operações com as seguintes partes relacionadas do antigo acionista controlador: Cragnotti & Partners Capital Investment Brasil S.A., C & P Overseas Ltd. e C & P Cap. Invest. N.V. Tais limitações devem-se ao fato de que a grande parte dos créditos e débitos com essas partes refere-se à controlada indireta Bombril Overseas Inc., cuja documentação contábil encontra-se arrestada e em poder de autoridades italianas, estando, portanto, indisponíveis.

### 13. INVESTIMENTOS

#### a. Valores dos Investimentos

	Controladora		
	31.12.11	31.12.10	31.12.09
Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A.	217.631	220.954	237.688
Bombril Overseas Inc	299.185	273.574	307.797
Bril Cosméticos S.A.	13.805	-	-
Ágio por rentabilidade futura-Milana Industrial e Comercial Brasileira de Saneantes Ltda.	7.935	7.935	7.935
Ecoville Empreendimentos e Construções S.A.	895	557	364
Outros investimentos	1	1	1
Total	<u>539.452</u>	<u>503.021</u>	<u>553.785</u>

#### b. Movimentação do investimento na controladora

	Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A.	Bombril Overseas Inc	Ecoville Empreendimentos e Construções S.A.	Ágio-Milana Industrial e Comercial Brasileira de Saneantes Ltda.	Outros Investimentos	TOTAL
Saldo em 31 de dezembro de 2009	<u>237.688</u>	<u>307.797</u>	<u>364</u>	<u>7.935</u>	<u>1</u>	<u>553.785</u>
Equivalência patrimonial	(15.406)	(25.060)	195	-	-	(40.271)
Efeitos de variação cambial de investimento no exterior (CPC 02)	(1.350)	(9.710)	-	-	-	(11.060)
Aumento de capital (B.Overseas)	-	547	-	-	-	547
Custo Atribuído	22	-	-	-	-	22
Transferência para provisão para passivo a descoberto	-	-	(2)	-	-	(2)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>220.954</u>	<u>273.574</u>	<u>557</u>	<u>7.935</u>	<u>1</u>	<u>503.021</u>



	Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A.	Bombril Overseas Inc	Bril Cosméticos S.A. (a)	Ecoville Empreendimentos e Construções S.A.	Ágio-Milana Industrial e Comercial Brasileira de Saneantes Ltda.	Outros Investimentos	TOTAL
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>220.954</b>	<b>273.574</b>		<b>557</b>	<b>7.935</b>	<b>1</b>	<b>503.021</b>
Equivalência patrimonial	(7.975)	(9.063)	(1.195)	318	-	-	(17.915)
Efeitos de variação cambial de investimento no exterior (CPC 02)	4.653	33.522	-	-	-	-	38.175
Aumento de capital		1.152					1.152
Investimentos (Bril Cosméticos)	-	-	15.000	-	-	-	15.000
Transferência para provisão para passivo a descoberto	-	-	-	20	-	(1)	19
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>217.632</b>	<b>299.185</b>	<b>13.805</b>	<b>895</b>	<b>7.935</b>	<b>-</b>	<b>539.452</b>

c. Integralização de capital na Bril Cosméticos S.A.

Em 6 de maio de 2011, a Bombril S/A integralizou o capital social na empresa Bril Cosméticos S.A. em dinheiro no montante de R\$ 11.250.

Em 7 de dezembro de 2011, a Bombril S/A integralizou o capital social na empresa Bril Cosméticos S.A. em dinheiro no montante de R\$ 3.750.

d. Aumento de capital na Bombril Overseas Inc.

Em 26 de outubro de 2011, a Bombril S/A aumentou o capital social na empresa Bombril Overseas Inc. em dinheiro no montante de R\$ 1.152.

## Informações relativas às controladas diretas e indiretas

	31.12.11						31.12.10						31.12.09
Ativo	Passivo	Capital social	Participação direta no capital social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro (prejuízo) do exercício	Equivalência patrimonial	Patrimônio líquido	Lucro (Prejuízo) do exercício	Equivalência patrimonial	Patrimônio líquido	Lucro (Prejuízo) do exercício	Equivalência patrimonial	
Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A.	221.744	4.051	160.329	100%	217.631	(7.975)	(7.975)	220.954	(15.405)	(15.405)	237.687	(9.160)	(9.160)
Milana Industrial e Comercial Brasileira de Saneantes Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.510)
Milana Trade Administração e Comércio Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(16)
Ecoville Empreendimentos e Construções S.A.	57.340	38.451	93.819	78,18%	1.145	407	318	738	256	194	481	(6.222)	(4.707)
Sucespar Ecoville Engenharia e Desenvolvimento Imobiliário Ltda.	14.901	23	16.160	-	14.878	(1.077)	-	15.955	(205)	-	-	-	-
São Paulo Prime Outlets S.A.	5.006	384	829	24,49%	4.623	3.793	-	-	-	-	-	-	-
Bombril Mercosul S.A.	241.311	58.365	101.375	-	180.159	(6.687)	-	186.846	(11.847)	-	198.583	(8.284)	-
Bril Cosméticos S.A.	20.714	6.756	20.000	75%	13.406	(1.594)	(1.195)	-	-	-	-	-	-
Pronto S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.357)	-	-
Bombril Overseas Inc.	341.349	798	1.152.629	87,85%	340.551	(10.321)	(9.063)	311.545	(28.545)	(25.080)	350.602	13.209	11.590
	902.365	109.828	1.545.141	-	772.393	(23.454)	(17.915)	736.038	(55.746)	(40.271)	780.996	(10.457)	(4.803)

## 14. IMOBILIZADO

### a. Composição do imobilizado

	Controladora					Consolidado				
	depreciação (%)	31.12.11 Líquido	31.12.10 Líquido	31.12.09 Líquido		depreciação (%)	31.12.11 Líquido	31.12.10 Líquido	31.12.09 Líquido	
Terrenos		-	-	-		-	94.192	94.192	94.192	
Edifícios	2	166	165	174		2 a 14	70.901	72.831	74.794	
Instalações	3 a 50	6.580	6.940	7.497		3 a 50	7.112	7.935	8.707	
Máquinas e equipamentos	3 a 50	51.071	40.413	35.830		3 a 50	85.839	84.596	93.460	
Móveis e utensílios	10 a 50	1.181	1.171	1.160		10 a 50	1.432	1.496	1.544	
Veículos	17 a 25	1.169	839	1.097		17 a 25	1.176	1.074	1.207	
Equipamentos de processamento de dados	20 a 50	615	729	996		20 a 50	617	713	1.043	
Imobilizações em andamento	-	31.515	26.730	5.650		-	37.077	26.730	5.650	
Importações em andamento	-	16	3.195	50		-	16	3.195	50	
Benfeitorias em imóveis da Controlada	4 a 8	18.395	16.804	16.690		4 a 8	18.395	16.535	16.690	
Outros bens	25	2	-	-		25	133	130	133	
Total		110.710	96.986	69.144			316.890	309.427	297.470	

Nos exercícios de 2005 e 2006, a controlada Bombril Mercosul S.A. reavaliou bens do ativo imobilizado gerando um incremento de R\$ 89.503. O saldo remanescente das reavaliações em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 61.300 (R\$ 64.266 em 31 de dezembro de 2010). As taxas de depreciação reavaliadas foram determinadas com base na estimativa da vida útil dos bens de acordo com o laudo técnico de avaliação, emitidos por peritos independentes.

b. Movimentação Controladora

Custo	Equip.de										Total
	Edifícios	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	proc.de dados	Imob.em andamento	Imp.em andamento	Benfeitorias em imóveis	Outros bens	
Saldo em 31.12.09	248	10.686	53.351	1.970	1.597	2.820	5.650	50	17.391	35	93.798
Adições	-	300	5.682	44	420	85	6.004	23.281	457	-	36.273
Baixas	-	(38)	(253)	(28)	(874)	(7)	(740)	-	-	-	(1.940)
Transferências	-	260	3.525	144	-	18	15.816	(20.136)	373	-	-
Saldo em 31.12.10	248	11.208	62.305	2.130	1.143	2.916	26.730	3.195	18.221	35	128.131
Adições	-	571	4.807	200	613	180	13.240	1.429	3.172	-	24.212
Baixas	-	-	-	-	(184)	(4)	-	-	-	-	(188)
Transferências	-	20	13.020	-	-	18	(8.455)	(4.608)	5	-	-
Saldo em 31.12.11	248	11.799	80.132	2.330	1.572	3.110	31.515	16	21.398	35	152.155

Depreciação acumulada	Equip.de										Total
	Edifícios	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	proc.de dados	Imob.em andamento	Imp.em andamento	Benfeitorias em imóveis	Outros bens	
Saldo em 31.12.09	(74)	(3.189)	(17.521)	(810)	(500)	(1.824)	-	-	(701)	(35)	(24.654)
Adições	(9)	(1.079)	(4.519)	(169)	(316)	(369)	-	-	(716)	-	(7.177)
Baixas	-	-	148	20	512	6	-	-	-	-	686
Saldo em 31.12.10	(83)	(4.268)	(21.892)	(959)	(304)	(2.187)	-	-	(1.417)	(35)	(31.145)
Adições	1	(951)	(7.169)	(190)	(194)	(308)	-	-	(1.586)	2	(10.395)
Baixas	-	-	-	-	95	-	-	-	-	-	95
Saldo em 31.12.11	(82)	(5.219)	(29.061)	(1.149)	(403)	(2.495)	-	-	(3.003)	(33)	(41.445)
Saldo líquido em 31.12.09	174	7.497	35.830	1.160	1.097	996	5.650	50	16.690	-	69.144
Saldo líquido em 31.12.10	165	6.940	40.413	1.171	839	729	26.730	3.195	16.804	-	96.986
Saldo líquido em 31.12.11	166	6.580	51.071	1.181	1.169	615	31.515	16	18.395	2	110.710

c. Movimentação do Consolidado

Custo	Equip.de											Total
	Terrenos	Edifícios	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	processamento de dados	Imobilizações em andamento	Importações em andamento	Benfeitorias em imóveis	Outros bens	
Saldo em 31.12.09	94.192	87.560	16.998	158.704	6.849	2.196	6.085	5.650	50	17.391	179	395.854
Adições	-	-	300	5.682	44	420	85	6.004	23.281	457	-	36.273
Baixas	-	-	(37)	(1.282)	(97)	(1.081)	(29)	(740)	-	-	-	(3.266)
Transferências	-	-	260	3.525	144	-	18	15.816	(20.136)	373	-	-
Saldo em 31.12.10	94.192	87.560	17.521	166.629	6.940	1.535	6.159	26.730	3.195	18.221	179	428.861
Adições	-	-	571	4.807	200	613	180	18.802	1.429	3.172	-	29.774
Baixas	-	-	-	-	-	(184)	(4)	-	-	-	-	(188)
Transferências	-	-	20	13.020	-	-	18	(8.455)	(4.608)	5	-	-
Saldo em 31.12.11	94.192	87.560	18.112	184.456	7.140	1.964	6.353	37.077	16	21.398	179	458.447

Depreciação acumulada	Equip.de											Total
	Terrenos	Edifícios	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	processamento de dados	Imobilizações em andamento	Importações em andamento	Benfeitorias em imóveis	Outros bens	
Saldo em 31.12.09	-	(12.766)	(8.291)	(65.244)	(5.305)	(989)	(5.042)	-	-	(701)	(46)	(98.384)
Adições	-	(1.963)	(1.295)	(17.480)	(225)	(113)	(431)	-	-	(985)	(2)	(22.494)
Baixas	-	-	-	690	86	641	27	-	-	-	-	1.444
Saldo em 31.12.10	-	(14.729)	(9.586)	(82.034)	(5.444)	(461)	(5.446)	-	-	(1.686)	(48)	(119.434)
Adições	-	(1.930)	(1.414)	(16.583)	(264)	(422)	(290)	-	-	(1.317)	2	(22.218)
Baixas	-	-	-	-	-	95	-	-	-	-	-	95
Saldo em 31.12.11	-	(16.659)	(11.000)	(98.617)	(5.708)	(788)	(5.736)	-	-	(3.003)	(46)	(141.557)
Saldo líquido em 31.12.09	94.192	74.794	8.707	93.460	1.544	1.207	1.043	5.650	50	16.690	133	297.470
Saldo líquido em 31.12.10	94.192	72.831	7.935	84.595	1.496	1.074	713	26.730	3.195	16.535	131	309.427
Saldo líquido em 31.12.11	94.192	70.901	7.112	85.839	1.432	1.176	617	37.077	16	18.395	133	316.890

d. **Obras e instalações em andamento**

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de obras e instalações em andamento refere-se aos seguintes principais projetos: (i) atualização tecnológica nas unidades industriais do segmento de embalagem e envase, (ii) investimentos correntes nas operações contínuas da Companhia. Grande parte destes valores refere-se ao ano de 2011 no qual segundo os engenheiros da Companhia os saldos substancialmente serão realizados em 2012.

**Adoção do custo atribuído (*Custo atribuído*)**

Conforme faculdade estabelecida pelo ICPC 10/CPC 27 (IAS 16), a Companhia optou na adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC em convergência ao IFRS, pela atribuição de custo ao ativo imobilizado. Os valores atribuídos foram determinados através de laudo de avaliação preparado por empresa especializada, gerando um aditivo de R\$ 5.074 ao custo de R\$ 55.954 registrado no ativo imobilizado no balanço da controladora e um aditivo de R\$ 117.147 ao custo de R\$ 193.877 registrado no balanço consolidado na época da adoção. A contrapartida do saldo é registrada no Passivo a Descoberto, na rubrica “ajustes de avaliação patrimonial”, líquidos dos impostos diferidos incidentes.

	<u>Custo Atribuído</u>	<u>Efeito Tribuário (34%)</u>	<u>Saldo Líquido</u>
Custo Atribuído	117.147	(39.830)	77.317
Custo atribuído da Ecoville líquido de impostos proporcional a participação	3.315	(1.127)	2.188
Saldo em 01.01.09	<u>120.462</u>	<u>(40.957)</u>	<u>79.505</u>
Realização do custo atribuído em 2009	<u>(3.722)</u>	<u>1.265</u>	<u>(2.457)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2009	<u>116.740</u>	<u>(39.692)</u>	<u>77.048</u>
Realização do custo atribuído em 2010	<u>(3.722)</u>	<u>1.265</u>	<u>(2.457)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>113.018</u>	<u>(38.427)</u>	<u>74.591</u>
Realização do custo atribuído em 2011	<u>(2.209)</u>	<u>751</u>	<u>(1.458)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>110.809</u>	<u>(37.676)</u>	<u>73.133</u>

## 15. INTANGÍVEL

### a. Composição do intangível

	Controladora			Consolidado		
	31.12.11	31.12.10	31.12.09	31.12.11	31.12.10	31.12.09
	Líquido	Líquido	Líquido	Líquido	Líquido	Líquido
Software	2.167	2.738	2.978	2.175	2.752	2.990
Marcas e Patentes	-	-	-	20.000	-	-
Ágio-Milana Industrial e Comercial Brasileira de Saneantes Ltda.	-	-	-	7.935	7.935	7.935
Total	<u>2.167</u>	<u>2.738</u>	<u>2.978</u>	<u>30.110</u>	<u>10.687</u>	<u>10.925</u>

### b. Movimentação – Controladora

<b>Custo</b>	<b>Software</b>
Saldo em 31.12.09	5.327
Adições	609
Saldo em 31.12.10	<u>5.936</u>
Adições	270
Saldo em 31.12.11	<u>6.206</u>
<b>Amortização</b>	<b>Software</b>
Saldo em 31.12.09	(2.349)
Amortização	(849)
Saldo em 31.12.10	<u>(3.198)</u>
Adições	(852)
Baixas	11
Saldo em 31.12.11	<u>(4.039)</u>
Saldo líquido em 31.12.10	<u>2.738</u>
Saldo líquido em 31.12.11	<u>2.167</u>

### Movimentação – Consolidado

Custo	Marcas e Patentes	Software	Ágio - Milana	Total
Saldo em 31.12.09	-	19.020	8.452	27.472
Adições	-	612	-	612
Baixas	-	(8)	-	(8)
Saldo em 31.12.10	-	19.624	8.452	28.076
Adições	20.000	276	-	20.276
Saldo em 31.12.11	20.000	19.900	8.452	48.352

Amortização	Marcas e Patentes	Software	Ágio - Milana	
Saldo em 31.12.09		(16.030)	(517)	(16.547)
Amortização		(842)	-	(842)
Saldo em 31.12.10	-	(16.872)	(517)	(17.389)
Amortização	-	(853)	-	(853)
Saldo em 31.12.11	-	(17.725)	(517)	(18.242)

Saldo líquido em 31.12.09	-	2.990	7.935	10.925
Saldo líquido em 31.12.10	-	2.752	7.935	10.687
Saldo líquido em 31.12.11	20.000	2.175	7.935	30.110

A amortização dos softwares está sendo realizada no período de cinco anos.

### Ágio na aquisição das empresas Milana Industrial e Comercial Brasileira de Saneantes Ltda. e Milana Trade Administração e Comércio Ltda.

Os ágios decorrentes da diferença entre o valor de aquisição e o valor do Passivo a Descoberto das controladas incorporadas, Milana Industrial e Milana Trade apurado na data de aquisição estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, com base na projeção de resultados das respectivas investidas, determinados utilizando-se o critério de fluxo de caixa descontado, para um período de 5 anos. Análises do valor de recuperação do ágio são efetuadas no mínimo anualmente com base nas projeções de resultados futuros.

A Companhia adotou a opção oferecida pela IFRS 1 - Primeira Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade e não ajustou o ágio sobre as aquisições de empresas realizadas em exercícios anteriores a 1º de janeiro de 2009, mantendo essas aquisições pelos seus valores contábeis na data de transição, em concordância com a IFRS 1.

### Alocação do ágio às unidades geradoras de caixa

O ágio foi alocado, para fins de teste de redução ao valor recuperável, para as unidades geradoras de caixa denominada químicos.

O valor recuperável dessa unidade geradora de caixa é determinado com base no cálculo do valor em uso utilizando as projeções dos fluxos de caixa com base em orçamento financeiro de cinco anos aprovado pela Administração e taxa de desconto de 12,40% ao ano (11,25% ao ano em 2010).

As projeções dos fluxos de caixa para o período orçado baseiam-se nas mesmas margens brutas esperadas para o período e na inflação do preço da matéria-prima para o período. Os fluxos de caixa posteriores foram projetados a partir de crescimento do volume de vendas conforme projeção do PIB e o crescimento dos preços e custos conforme projeção do IPCA. A fonte de informação utilizada para esses índices foi o Focus – Relatório de Mercado do Banco Central do Brasil. A Administração acredita que qualquer tipo de mudança razoavelmente possível nas premissas-chave, nas quais o valor recuperável se baseia, não levaria o valor contábil total a exceder o valor recuperável total da unidade geradora de caixa.

### Aquisição de marcas

Em 06 de maio de 2011, a Companhia celebrou Contrato com Neusa Gambatto Armstrong e John Philip Armstrong para a aquisição das marcas Ecologie, Nick&Vick, Natural Pro e Aquatress, entre outras, através da empresa Bril Cosméticos S.A no valor total de R\$20.000.

## **16. FORNECEDORES**

	Controladora			Consolidado		
	31.12.11	31.12.10	31.12.09	31.12.11	31.12.10	31.12.09
Fornecedores - matéria prima	59.981	49.522	50.184	61.121	49.820	50.618
Fornecedores - transportes	13.592	13.822	15.973	13.592	13.822	15.973
Fornecedores - exterior	2.613	238	86	2.616	238	86
Total	<u>76.186</u>	<u>63.582</u>	<u>66.243</u>	<u>77.329</u>	<u>63.880</u>	<u>66.677</u>

A composição de contas a pagar de fornecedores por vencimento é a seguinte:



Contas a pagar	Controladora			Consolidado		
	31.12.11	31.12.10	31.12.09	31.12.11	31.12.10	31.12.09
A vencer	62.735	58.267	59.473	63.878	58.565	59.907
Vencidos:					-	
De 1 a 30 dias	11.506	3.456	3.560	11.506	3.456	3.560
De 31 a 60 dias	1.021	136	830	1.021	136	830
De 61 a 90 dias	153	856	756	153	856	756
Acima de 90 dias	771	867	1.624	771	867	1.624
	<u>76.186</u>	<u>63.582</u>	<u>66.243</u>	<u>77.329</u>	<u>63.880</u>	<u>66.677</u>

## 17. SALÁRIOS E ENCARGOS A PAGAR

	Controladora			Consolidado		
	31.12.11	31.12.10	31.12.09	31.12.11	31.12.10	31.12.09
Salários a pagar	77	6	157	77	6	157
Provisão de férias	10.637	9.215	8.393	10.648	9.217	8.393
Encargos sociais a pagar	2.849	2.467	2.245	2.869	2.472	2.258
Total	<u>13.563</u>	<u>11.688</u>	<u>10.795</u>	<u>13.594</u>	<u>11.695</u>	<u>10.808</u>

## 18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

### a. Composição

	Taxa média anual de encargos %	Controladora			Consolidado		
		31.12.11	31.12.10	31.12.09	31.12.11	31.12.10	31.12.09
<u>Em moeda estrangeira:</u>							
Euro							
Financiamento de Insumos - (FINIMP)	5,97	2.223	-	1.367	2.223	-	1.367
“Guaranteed Note Program” (*)	9,25		2.633	8.889		2.633	8.889
Dólar norte-americano							
Financiamento de Insumos - (FINIMP)	3,76	5.562	-	1.154	5.562	-	1.154
Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC)	6,36	4.639	6.370	4.061	4.639	6.370	4.061
<u>Em moeda local:</u>							
Arrendamento Mercantil	16,78	2.006	1.780	1.785	2.006	1.780	1.785
Financiamento de máquinas e equipamentos (FINAME)	9,70	19.726	19.541	1.144	23.850	23.232	7.845
Capital de giro	16,31	76.260	19.778	25.683	88.445	41.275	43.865
Total		110.416	50.102	44.083	126.725	75.290	68.966
Circulante		71.436	24.682	21.156	84.609	48.380	42.373
Não circulante		38.980	25.420	22.927	42.116	26.910	26.593

(\*) Eurobonds em poder de terceiros

b. Guaranteed Note Program

Em 1999, a Companhia emitiu duas tranches de notes, tendo como garantidora a empresa italiana Cirio Holding S.p.A.. Em 18 de fevereiro de 1999, foi emitida a primeira tranche (Série 1) no valor de € 40 milhões com taxa de juros de 8% ao ano e vencimento em 18 de fevereiro de 2007. A segunda tranche (Série 2) foi emitida em 27 de maio de 1999, no valor de € 60 milhões, com taxa de 9,25% ao ano e vencimento em 27 de maio de 2007.

Do total das duas emissões de notas, aproximadamente 94% da Série 1 e 91% da Série 2 no montante de €92.160 mil, pertenciam à controlada Bombril Overseas Inc., cujo processo de transferência da custódia encontra-se em andamento. Em 3 de março de 2005, por meio de decisão judicial, proferida em Luxemburgo, foi determinado ao custodiante (BNP Paribás) o arresto dos títulos em favor da Bombril Overseas Inc. Porém, em virtude de decisão judicial proferida em ação penal envolvendo tais títulos, em curso perante o Tribunal de Roma, ainda não foi possível a transferência da custódia deles para a Bombril Overseas Inc. Embora a transferência da posse definitiva dependa da solução desses processos judiciais promovidos no exterior, as sociedades da Companhia Cirio, Círio Finanziaria S.p.A., Cirio Holding S.p.A., Círio Finance Luxembourg S.A., inclusive a Círio Holding Luxembourg S.A., reconheceram a titularidade da Bombril Overseas Inc. e se comprometeram a tomar todas as providências necessárias para que seja efetuada a transmissão dos títulos, no âmbito de acordo firmado pela Companhia Círio e a controladora Newco International Ltd . A Administração da Companhia estudará alternativas com o objetivo de equacionar a obrigação com sua controlada quando ocorrer a transferência definitiva dos títulos. A opinião dos assessores legais da Companhia, levantada em 31 de dezembro de 2011, quanto ao sucesso da transferência da custódia dos títulos à Bombril Overseas Inc. é considerada possível. Os eventos de arresto não estão sob o controle da Administração da controlada. Os administradores judiciais do Grupo Cirio emitiram correspondência em 28 de Outubro de 2010 reconhecendo não ter razões para incluir a Bombril Overseas Inc. no âmbito da investigação de falência.

Em março de 2004, a Companhia apresentou aos investidores das Notas Série 1 a seguinte proposta de renegociação:

- Alongamento do pagamento do valor principal, com o início do respectivo pagamento em 2007 e final em 2011, em oito parcelas semestrais.
- Pagamento de juros em 12 parcelas semestrais, a partir de agosto de 2005, com um adicional de 1% dos juros descritos no contrato, exclusivamente para o período compreendido entre fevereiro de 2004 e fevereiro de 2005.
- A incidência de juros cessa em fevereiro de 2007, não obstante o alongamento do prazo de quitação do valor principal.
- Eliminação da cláusula de resgate antecipado (*put option*).

A proposta de renegociação obteve a aprovação dos investidores das Notas Série 1 [(€ 40 milhões)], em 30 de março de 2004. Nessa série, os títulos pertencentes à Bombril Overseas Inc., totalizam [€ 37.5 milhões], sendo o restante em poder do mercado, no montante aproximado de [€ 2.5 milhões].

No mês de abril de 2004, a Companhia apresentou aos investidores das Notas Série 2 uma proposta de renegociação, conforme descrito a seguir:

- Alongamento do pagamento do valor principal, com o início do respectivo pagamento em 2007 e final em 2011, em oito parcelas semestrais.
- Pagamento de juros em 13 parcelas semestrais, a partir de maio de 2005, com um adicional de 1% dos juros descritos no contrato, exclusivamente para o período compreendido entre maio de 2004 e maio de 2005.
- A incidência de juros cessa em maio de 2007, não obstante o alongamento do prazo de quitação do valor principal.

A proposta de renegociação obteve a aprovação dos investidores das Notas Série 2 [(€ 60 milhões)], em 27 de abril de 2004. Nessa série, os títulos pertencentes à Bombril Overseas Inc., totalizam [€ 54.7 milhões], sendo o restante em poder do mercado, no montante aproximado de [€ 5.3 milhões].

As Notas Série 1 venceram-se em 17 de fevereiro de 2011 e as Notas Série 2 venceram-se em 27 de maio de 2011. A Companhia realizou o pagamento do saldo dos valores devidos em relação às Notas em poder no mercado, no valor de € 366.850,00 (trezentos e sessenta e seis mil oitocentos e cinquenta euros) para as Notas Série 1 e € 814.880,77 (oitocentos e quatorze mil oitocentos e oitenta euros e setenta e sete centavos) para as Notas Série 2.

A dívida representada pelas Notas de propriedade da Bombril Overseas Inc., no valor de € 138.521.853,50 (cento e trinta e oito milhões quinhentos e vinte e um mil oitocentos e cinquenta e três euros e cinquenta centavos) foi repactuada com novo vencimento em 27 de maio de 2021, nos termos do Instrumento Particular de Confissão de Dívida datado de 30 de agosto de 2011, cujos efeitos retroagem à data de vencimento das Notas.

#### c. Garantias

Os empréstimos em moeda local e estrangeira estão garantidos por equipamentos, recebíveis de vendas futuras e avais da Companhia e suas controladas.

d. Empréstimos de longo prazo

O montante de longo prazo tem a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano de vencimento	Controladora			Consolidado		
	31.12.11	31.12.10	31.12.09	31.12.11	31.12.10	31.12.09
2.011	-	-	11.333	-	-	13.522
2.012	-	12.269	8.213	-	13.233	9.136
2.013	27.753	4.811	3.230	28.801	5.337	3.784
2.014	9.883	8.340	151	10.927	8.340	151
após 2.014	1.344	-	-	2.388	-	-
Total	38.980	25.420	22.927	42.116	26.910	26.593

## 19. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

a. Controladora

	Circulante			Não circulante		
	Reapresentado 31.12.11	Reapresentado 31.12.10	Reapresentado 31.12.09	Reapresentado 31.12.11	Reapresentado 31.12.10	Reapresentado 31.12.09
PAES - Programa de Parcelamento Especial (b)	2.326	2.240	2.155	6.520	8.521	10.350
PPI - Programa de Parcelamento Incentivado (c)	2.015	1.849	1.683	10.172	11.177	11.800
Parcelamentos - Outros	453	407	997	3.325	3.395	4.659
Parcelamento - Refis IV (a)	38.317	33.064	34.407	136.435	158.985	174.396
IRPJ/CSL	7.146	4.690	-	-	-	-
ICMS a Pagar	4.560	3.283	5.838	-	-	-
IPI a Pagar	5.159	2.645	3.731	-	-	-
ISS a Pagar	122	121	81	-	-	-
PIS/COFINS a Pagar	2.525	2.330	3.801	-	-	-
CPMF a Pagar	-	-	-	10.425	10.007	9.675
Diversos	1.538	1.375	-	-	-	-
Total	64.161	52.004	52.693	166.877	192.085	210.880

b. Consolidado

	Circulante			Não circulante		
	31.12.11	31.12.10	31.12.09	31.12.11	31.12.10	31.12.09
PAES - Programa de Parcelamento Especial (b)	2.326	2.240	2.155	6.520	8.521	10.350
PPI - Programa de Parcelamento Incentivado (c)	2.015	1.849	1.683	10.172	11.177	11.799
Parcelamentos - Outros	453	407	998	3.325	3.395	4.659
Parcelamento - Refis IV (a)	38.651	33.385	34.703	136.594	159.356	175.007
IRPJ/CSL	6.892	5.259	159	-	-	-
ICMS a Pagar	4.560	3.283	5.838	-	-	-
IPI a Pagar	5.159	2.645	3.731	-	-	-
ISS a Pagar	122	121	81	-	-	-
PIS/COFINS a Pagar	3.109	2.929	3.801	-	-	-
CPMF a Pagar	113	113	-	10.424	10.007	9.675
Diversos	13.621	12.731	10.993	-	-	-
Total	<u>77.021</u>	<u>64.962</u>	<u>64.142</u>	<u>167.035</u>	<u>192.456</u>	<u>211.490</u>

a) REFIS IV

Em 27 de outubro de 2009, a Companhia requereu em caráter definitivo a sua exclusão do Parcelamento Excepcional – PAEX e do parcelamento em 60 meses dos débitos em atraso do ano calendário 2006 e formalizou a opção pelo parcelamento em até 180 meses, previsto pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 e Portaria Conjunta PGFN/RFB Nº. 06/2009 “REFIS IV”.

A migração dos débitos dos parcelamentos anteriores acima mencionados, para o “REFIS IV” representou a redução da parcela mensal em 15% e a possibilidade de utilização dos créditos decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL para abatimento de multas e juros.

Adicionalmente aos débitos referentes ao PAEX e parcelamento de 60 meses, a Companhia formalizou a opção pelo parcelamento em 180 meses “REFIS IV” dos débitos referentes a procedimentos administrativos previdenciários, no montante total de R\$ 14.819, dos quais R\$ 8.924 encontravam-se provisionados na rubrica de provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis.

Os valores correspondentes aos débitos incluídos nos programas de parcelamentos anteriores, assim como os novos débitos parcelados, ambos no âmbito da Lei nº. 11.941/09 foram objeto de consolidação pela Receita Federal do Brasil (RFB) em 30.06.2011.

O saldo da dívida consolidado contabilmente pela Bombril era em 30.06.2011 de aproximadamente R\$ 281.843, ao passo que o valor consolidado pelas autoridades fiscais na mesma data foi de R\$ 187.049. A diferença de valores consolidados foi

objeto de conciliação pelos assessores jurídicos da Companhia, que emitiram parecer confirmando que os débitos tributários e previdenciários da Bombril eram aqueles consolidados pela RFB e PGFN no âmbito das modalidades de parcelamento da Lei 11.941, de R\$187.049 em 30.06.2011, acrescidos dos débitos de CPMF em aberto que totalizavam R\$10.363. O detalhamento dos impactos na demonstrações financeiras que gerou a respectiva diferença está apresentado na Nota Explicativa nº. 33 - Reapresentação das Demonstrações Financeiras Encerradas em 31 de dezembro de 2010 – retificação de erros.

A possibilidade de inclusão dos débitos de CPMF não consolidados pela RFB e PGFN no âmbito do “REFIS IV” está sendo discutida em Mandado de Segurança impetrado pela Companhia, cuja probabilidade de êxito é apontada pelos assessores jurídicos como possível, sendo mantida a provisão do valor integral dos referidos débitos até decisão final.

Os valores da dívida perante a RFB em dezembro de 2009, após a conciliação com os valores efetivamente consolidados pela RFB, e a sua movimentação estão demonstrados como segue:

	Controladora	Consolidado
PAEX	333.224	335.893
Juros	2.113	2.113
Processos administrativos e judiciais	14.819	14.881
IPI - Medida Provisória nº 470 (a.1)	98.747	98.747
(-) Benefícios de juros, multas e encargos	(145.255)	(145.972)
(-) compensação de prejuízos fiscais e base negativa	(90.702)	(91.783)
(-) Pagamentos até 31.12.09	(5.484)	(5.509)
Saldo do novo parcelamento "Refis IV" em 31.12.09	207.462	208.370
Juros no exercício findo em 31.12.10	15.876	15.951
(-) Pagamentos no exercício findo em 31.12.10	(31.288)	(31.579)
Saldo do novo parcelamento "Refis IV" em 31.12.10	192.050	192.742
Benefícios de juros, multas e encargos		41
Juros no período findo em 31.12.11	13.388	13.448
(-) Pagamentos no período findo em 31.12.11	(30.686)	(30.986)
Saldo do novo parcelamento "Refis IV" em 31.12.11	174.752	175.245

#### a.1) IPI – Medida Provisória nº 470

Em 30 de novembro de 2009, a Companhia formalizou o pedido de pagamento à vista com utilização de créditos decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de CSSL, nos termos da Medida Provisória nº. 470 de 13 de outubro de 2009, dos débitos decorrentes da apropriação de créditos de Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI sobre as aquisições de matérias-primas, material de embalagem e produtos intermediários com incidência de alíquota zero ou como não tributados. A adesão ao pagamento à vista nos termos da Medida Provisória nº. 470 prevê a redução de 100% das multas de mora, de 90% dos juros de mora e de 100% do encargo legal, o que representa uma redução no total da dívida de R\$ 58.211. A liquidação do débito remanescente de R\$ 40.535, com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, aguarda homologação pela RFB e PGFN.

b) PAES

O saldo remanescente do PAES do INSS em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 8.846 (R\$ 10.761 em 31 de dezembro de 2010). Os débitos apresentados para a consolidação estão sendo pagos desde julho de 2003.

c) PPI

Em 27 de setembro de 2007, a Companhia formalizou a opção pelo Programa de Parcelamento Incentivado – PPI do ICMS, instituído pelo Governo do Estado de São Paulo por meio do Decreto nº. 51.960, de 4 de julho de 2007.

O saldo remanescente do PPI em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 12.187 (R\$ 13.026 em 31 de dezembro de 2010), conforme Programa de Parcelamento Incentivado de 120 meses, ao débito serão acrescidos juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC, acumulada mensalmente, e 1% relativamente ao mês em que o pagamento da parcela estiver sendo efetuado. No Programa de Parcelamento Incentivado de 12 meses, incidirão juros de 1% ao mês, de acordo com a tabela Price.

A Companhia encontra-se obrigada a manter os pagamentos regulares dos impostos e das contribuições, parceladas e correntes, como condição essencial para a manutenção dos parcelamentos mencionados nos itens a), b) e c) e das condições do mesmo. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia está adimplente com os pagamentos.

As contribuições e encargos tributários apurados e recolhidos ou a recolher pela Companhia, bem como as respectivas declarações de tributos, os registros contábeis, fiscais e societários, estão sujeitos a exame por parte das autoridades fiscais durante prazos prescricionais variados, conforme a legislação aplicável.

## 20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### a) Imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado

	Controladora		Consolidado		
	31.12.11	31.12.10	31.12.09	31.12.11	31.12.10
Imposto de renda e contribuição social correntes:					
Despesas de IRPJ/CSLL corrente	(6.272)	(4.353)	-	(6.612)	(4.935)
Imposto de renda e contribuição social Diferido:					
Receitas (despesas) de impostos diferidos no exercício	6.914	10.549	64.489	8.501	12.304
<b>Total da despesa de imposto</b>	<b>642</b>	<b>6.196</b>	<b>64.489</b>	<b>1.889</b>	<b>69.209</b>

### b) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado

	Controladora		Consolidado		
	31.12.11	31.12.10	31.12.09	31.12.11	31.12.10
	reapresentado	reapresentado	reapresentado	reapresentado	reapresentado
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos	(19.312)	24.042	355.625	(21.202)	22.884
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social calculada à alíquota de 34% (2009: 34%)	6.566	(8.174)	(120.913)	7.209	(7.781)
Efeito do imposto de renda sobre diferenças permanentes	971	(1.708)	(126)	(444)	(5.042)
Equivalência patrimonial	(6.091)	(13.692)	(1.633)	-	-
Outros	(804)	159	(424)	(2.356)	576
Efeito do imposto de renda sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais cujos (créditos) débitos não foram registrados anteriormente		29.133	40.271	-	29.133
Efeito da isenção de imposto de renda da controladora e das controladas (REFIS IV)	-	-	49.387	-	-
Efeito das controladas tributadas pelo lucro presumido e isentas	-	-	-	(2.580)	(10.030)
Prejuízo fiscal do período não reconhecido como ativo	-	-	(3.933)	-	-
Utilização de prejuízo fiscal anteriormente não reconhecido	-	478	101.860	60	513
<b>Receita/(Despesa) de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado</b>	<b>642</b>	<b>6.196</b>	<b>64.489</b>	<b>1.889</b>	<b>7.369</b>



- c) Composição da movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos, constituídos às alíquotas nominais.

**Controladora**

Ativo diferido	01.01.2010	Reconhecido no resultado	31.12.2010	Reconhecido no resultado	31.12.2011
	Reapresentado		Reapresentado		
Prejuízo fiscal e base negativa	2.632	1.125	3.757	(2.809)	948
Provisão para crédito de liquidação duvidos	-	270	270	2	272
contingências tributárias	-	10.269	10.269	(1.560)	8.709
contingências cíveis	-	4.782	4.782	(1.351)	3.431
contingências trabalhistas	-	1.444	1.444	2.507	3.951
Participação no lucros	-	246	246	133	379
Outras contas a pagar	-	1.246	1.246	(319)	927
Provisão para perdas de créditos	-	1.559	1.559	849	2.408
Provisão para perda nos estoques:	-	518	518	(358)	160
Outros:	-	3.418	3.418	(326)	3.092
<b>Total IRPJ/CSLL diferido ativo</b>	<b>2.632</b>	<b>24.877</b>	<b>27.509</b>	<b>(3.232)</b>	<b>24.277</b>
<b>Passivo diferido</b>					
Variação cambial não realizada	(53.289)	(13.899)	(67.188)	10.585	(56.603)
Deemed cost	(1.575)	146	(1.429)	132	(1.297)
Amortização do ágio	-	(578)	(578)	(572)	(1.150)
<b>Total IRPJ/CSLL diferido passivo</b>	<b>(54.864)</b>	<b>(14.331)</b>	<b>(69.195)</b>	<b>10.145</b>	<b>(59.050)</b>
<b>Imposto diferido líquido</b>	<b>(52.234)</b>	<b>10.546</b>	<b>(41.686)</b>	<b>6.913</b>	<b>(34.773)</b>

**Consolidado**

Ativo diferido	01.01.2010	Reconhecido no resultado	31.12.2010	Reconhecido no resultado	31.12.2011
	Reapresentado		Reapresentado		
Prejuízo fiscal e base negativa	2.632	1.125	3.757	(2.809)	948
Provisão para crédito de liquidação duvidos	-	270	270	2	272
contingências tributárias	-	10.269	10.269	(1.560)	8.709
contingências cíveis	-	4.782	4.782	(1.351)	3.431
contingências trabalhistas	-	1.444	1.444	2.507	3.951
Participação no lucros	-	246	246	133	379
Outras contas a pagar	-	1.246	1.246	(319)	927
Provisão para perdas de créditos	-	1.559	1.559	849	2.408
Provisão para perda nos estoques:	-	518	518	(358)	160
Outros:	-	3.418	3.418	(326)	3.092
<b>Total IRPJ/CSLL diferido ativo</b>	<b>2.632</b>	<b>24.877</b>	<b>27.509</b>	<b>(3.232)</b>	<b>24.277</b>
<b>Passivo diferido</b>					
Variação cambial não realizada	(53.289)	(13.899)	(67.188)	10.585	(56.603)
Reavaliação (Mercosul)	(22.485)	636	(21.849)	970	(20.879)
Deemed cost	(40.054)	1.265	(38.789)	752	(38.037)
Amortização do ágio	-	(575)	(575)	(575)	(1.150)
<b>Total IRPJ/CSLL diferido passivo</b>	<b>(115.828)</b>	<b>(12.573)</b>	<b>(128.401)</b>	<b>11.732</b>	<b>(116.669)</b>
<b>Imposto diferido líquido</b>	<b>(113.196)</b>	<b>12.304</b>	<b>(100.892)</b>	<b>8.500</b>	<b>(92.392)</b>

A Companhia aderiu ao Regime Tributário de Transição (RTT) instituído pela Lei 11.941/09 para tratamento fiscal de imposto de renda e contribuição social dos efeitos dos pronunciamentos contábeis (CPCs), incluindo aqueles adotados no exercício de 2008 (CPC 01 a CPC 15) e os novos pronunciamentos a partir de 01 de janeiro de 2009.

d) Estimativa de recuperação dos créditos de imposto de renda e contribuição social

A Administração, com base em orçamento, plano de negócios e projeção orçamentária aprovados pelo Conselho de Administração, estima que os créditos fiscais provenientes das diferenças temporárias, prejuízos fiscais, e base negativa da contribuição social sejam realizados conforme demonstrado a seguir:

	<b>31.12.11</b>
2012	7.720
2013	9.942
2014	6.615
	<u>24.277</u>

As projeções dos lucros tributáveis futuros consideram estimativas que estão relacionadas, entre outros, com a performance da Companhia, assim como o comportamento do seu mercado de atuação e determinados aspectos econômicos. Os valores reais podem diferir das estimativas adotadas em vista às incertezas inerentes a essas previsões.

## 21. PROVISÕES DIVERSAS

	Controladora			Consolidado		
	31.12.11	31.12.10	31.12.09	31.12.11	31.12.10	31.12.09
Benefícios a empregados	3.419	3.752	5.269	3.419	3.752	5.269
Honorários advocatícios	12.226	13.066	15.556	12.226	13.469	15.556
Outras	2.755	3.746	4.539	2.755	3.746	4.539
<b>Total</b>	<b>18.400</b>	<b>20.564</b>	<b>25.364</b>	<b>18.400</b>	<b>20.967</b>	<b>25.364</b>
Circulante	6.174	7.497	9.808	6.174	7.900	9.808
Não Circulante	12.226	13.067	15.556	12.226	13.067	15.556

## 22. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Controladora			Consolidado		
	31.12.11	31.12.10	31.12.09	31.12.11	31.12.10	31.12.09
Comerciais	6.940	7.871	16.097	6.940	7.871	16.097
Energia Elétrica	1.061	1.078	656	1.061	1.078	656
Outras	213	258	798	1.036	464	2.285
Total	<u>8.214</u>	<u>9.207</u>	<u>17.551</u>	<u>9.037</u>	<u>9.413</u>	<u>19.038</u>

## 23. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista, cível e ambiental. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis.

Em 31 de dezembro de 2011, estão provisionados os montantes de R\$ 77.832 (controladora) e de R\$ 80.215 (consolidado), os quais, na opinião dos assessores legais, levantada em 31 de dezembro de 2011, são suficientes para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento.

	Controladora			Consolidado		
	31.12.11	31.12.10	31.12.09	31.12.11	31.12.10	31.12.09
Trabalhistas	11.620	4.246	5.524	12.112	4.696	5.524
Cíveis	51.631	58.083	54.530	53.470	59.399	54.971
Fiscais	14.581	18.329	17.579	14.633	26.277	25.134
Total	<u>77.832</u>	<u>80.658</u>	<u>77.633</u>	<u>80.215</u>	<u>90.372</u>	<u>85.629</u>

● Movimentação da provisão para demandas judiciais:

	Controladora				Consolidado			
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total
<b>Saldo em 31.12.09</b>	<b>5.524</b>	<b>54.530</b>	<b>17.579</b>	<b>77.633</b>	<b>5.524</b>	<b>54.971</b>	<b>25.134</b>	<b>85.629</b>
Constituição de provisão	804	1.629	141	2.574	1.746	2.511	171	4.428
Atualização monetária	-	1.924	490	2.414	-	2.319	851	3.170
Baixas	(2.082)	-	(1.189)	(3.271)	(2.574)	(402)	(2.081)	(5.057)
Transferências para provisões diversas	-	-	1.308	1.308	-	-	2.202	2.202
<b>Saldo em 31.12.10</b>	<b>4.246</b>	<b>58.083</b>	<b>18.329</b>	<b>80.658</b>	<b>4.696</b>	<b>59.399</b>	<b>26.277</b>	<b>90.372</b>
Constituição de provisão	7.970	5.157	10.332	23.459	7.858	5.680	10.510	24.048
Baixas	(596)	(11.609)	(14.080)	(26.285)	(442)	(11.609)	(22.154)	(34.205)
<b>Saldo em 31.12.11</b>	<b>11.620</b>	<b>51.631</b>	<b>14.581</b>	<b>77.832</b>	<b>12.112</b>	<b>53.470</b>	<b>14.633</b>	<b>80.215</b>

### Contingências Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas controladas estavam expostas a ações trabalhistas, com as mais variadas características e em diversas fases do rito processual. Com base nos pareceres emitidos pelos seus assessores jurídicos e no esperado sucesso de alguns julgamentos e de negociações que se devem realizar, os montantes provisionados são considerados suficientes pela Administração para fazer face às perdas esperadas.

### Contingências Cíveis

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas controladas estavam expostas a ações cíveis com as mais variadas características e em diversas fases do rito processual. Com base nos pareceres emitidos pelos seus assessores jurídicos e no esperado sucesso de alguns julgamentos e de negociações que se devem realizar, os montantes provisionados são considerados suficientes pela Administração para fazer face às perdas esperadas.

Em 13 de maio de 2008 foram ajuizadas ações monitórias pela Massa Falida do Banco Santos S.A. e Massa Falida da Finsec S.A., empresa que pertencia ao Banco Santos, que segundo estimativas dos assessores jurídicos responsáveis por estas demandas representam uma contingência máxima de R\$ 196.828, sendo R\$ 149.858 possível e R\$ 46.970 provável. O montante de R\$ 46.970 considerado como provável em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 44.018 em 31 de dezembro de 2010) encontra-se devidamente provisionados nas demonstrações financeiras da Companhia.

## Contingências Fiscais

A Companhia e suas controladas estão questionando administrativa e judicialmente a constitucionalidade da natureza, da base de cálculo e das modificações de alíquotas e da expansão da base de cálculo de alguns impostos, encargos e contribuições sociais, no intuito de assegurar o não-recolhimento ou a recuperação de pagamentos do passado. Com base nos pareceres emitidos pelos assessores jurídicos e no esperado sucesso de alguns julgamentos e de negociações que se devem realizar, os montantes provisionados são considerados suficientes pela Administração para fazer face às perdas esperadas. Os valores de impostos não recolhidos, com base em decisões judiciais preliminares, são provisionados e atualizados até que se obtenha uma decisão final.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas estão sujeitas a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista, cível e ambiental em diversas fases do rito processual. Essas ações determinam um risco máximo consolidado de R\$ 4.187.400 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 1.244.377 em 31 de dezembro de 2010). A probabilidade de êxito nesses processos foi considerada pelos assessores jurídicos como possível e, com base nessa opinião, a Administração da Companhia decidiu não constituir provisão para contingências para os referidos processos.

	Controladora			Consolidado		
	31.12.11	31.12.10	31.12.09	31.12.11	31.12.10	31.12.09
Trabalhistas	6.299	8.075	-	6.299	8.075	-
Cíveis	180.706	173.168	162.127	181.181	184.829	163.058
Fiscais	3.992.686	1.049.751	816.876	3.999.920	1.051.473	818.136
Total	<u>4.179.691</u>	<u>1.230.994</u>	<u>979.003</u>	<u>4.187.400</u>	<u>1.244.377</u>	<u>981.194</u>

As naturezas das principais ações são as seguintes:

- Compra e Venda de Títulos

Autos de infração lavrados pela Receita Federal em 2003, 2004, 2005 e 2006, no montante de R\$ 3.230.363 (atualizados em 31 de dezembro de 2011), referentes a imposto de renda retido na fonte em operações de compra e venda de títulos emitidos no exterior (T-Bills, T-Bonds, Argentine Global Bonds, etc.) entre os anos de 1998 e 2001 sendo R\$ 367.062 relativos ao ano de 1998, R\$ 362.342 relativos ao ano de 1999, R\$ 1.859.419 relativos ao ano de 2000 e R\$ 641.540 relativos ao ano de 2001.

Após o encerramento do processo administrativo relativo às operações de 1998, em 22 de fevereiro 2011 a Fazenda Nacional ajuizou a execução fiscal nº 0001260-98.2011.4.03.611. Em 17 de março de 2011, a Companhia ofereceu os bens integrantes de seu ativo imobilizado para fins de garantia da execução, o que foi

aceito pela Fazenda Nacional. A Companhia apresentou, em 15 de abril de 2011, Embargos do Devedor, iniciando a defesa judicial da matéria. Atualmente aguarda-se a formalização da penhora sobre os bens oferecidos para posterior recebimento dos Embargos. A probabilidade de perda desta discussão judicial foi classificada pelos assessores jurídicos da Companhia como possível.

Acerca dos supostos débitos referentes às operações praticadas em 1999, o antigo Conselho de Contribuintes reconheceu, de forma definitiva, a decadência dos créditos tributários de IR/Fonte no período de 10 de maio de 1999 a 21 de dezembro de 1999, correspondente a 82,17% do valor total exigido no auto de infração. O débito remanescente do auto de infração foi inscrito em dívida ativa em 8 de fevereiro 2011 e em 13 de maio de 2011 foi ajuizada a execução fiscal nº 0003205-23.2011.4.03.6114. Na sequência foram apresentados bens do ativo como garantia e em 27 de julho de 2011 opostos Embargos do Devedor, tendo sido determinado pela juíza o apensamento do processo à execução fiscal nº 0001260-98.2011.4.03.6114 para aproveitamento dos atos processuais em um único processo. A probabilidade de perda desta discussão judicial foi classificada pelos seus assessores jurídicos da Companhia como possível.

O auto de infração referente às operações praticadas em 2000 foi julgado no âmbito do Primeiro Conselho de Contribuintes em abril de 2008, tendo sido reconhecida a decadência de 94,7% do débito. Em face dessa decisão, foram opostos embargos de declaração pela Companhia e Recurso Especial pela Procuradoria da Fazenda Nacional. O processo foi distribuído, da 2ª Turma da 2ª Câmara da 2ª Seção de Julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, o qual apreciou os embargos apresentados. Em 10 de junho de 2011 os autos haviam sido encaminhados à Delegacia da Receita Federal de São Bernardo do Campo para ciência da decisão proferida e eventual interposição de Recurso Especial. Porém, atualmente os autos foram devolvidos ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais para correção de erros formais que constavam na decisão. Após, os autos retornarão à Delegacia da Receita Federal para ciência da decisão proferida e intimação para interposição de Recurso Especial.

O auto de infração referente às operações praticadas em 2001 aguarda julgamento do Recurso Voluntário interposto em 5 de setembro de 2008.

No que tange às operações praticadas em 2000 e 2001, pendentes de decisão final na esfera administrativa, os assessores jurídicos da Companhia classificaram a chance de perda como possível.

- Tributação sobre Lucros de Controlada no Exterior

A Companhia, em 22 de abril de 2003, entrou com mandado de segurança com pedido liminar para discutir judicialmente a constitucionalidade da Medida Provisória nº 2158-35/01 e IN nº 213/02, que disciplinam a tributação do IRPJ e da CSLL sobre os lucros da sua controlada Bombril Overseas Inc. formados e alcançados pela

regulamentação desde o ano de 1996 a 2002. Após ter sido proferida sentença favorável à Companhia, foi interposto recurso de Apelação pela Procuradoria da Fazenda Nacional. O Tribunal Regional Federal da 3ª Região proferiu acórdão dando parcial provimento ao recurso. Foram opostos embargos de declaração tanto pela Companhia como pela Procuradoria da Fazenda Nacional, os quais foram rejeitados por meio de acórdão publicado em 23 de dezembro de 2011. Atualmente aguarda-se julgamento dos novos embargos de declaração opostos pela Companhia. O montante estimado, atualizado em 31 de dezembro de 2011, é de R\$ 467.604, sendo R\$ 170.532 considerado como probabilidade de perda possível e R\$ 297.072 como probabilidade de perda remota, com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia.

- Depósitos Judiciais

A Companhia possui depósitos judiciais de R\$ 24.564 mil em 31 de dezembro de 2011 consolidado (R\$ 13.176 em 31 de dezembro de 2010) relacionados a processos de natureza civil, trabalhistas e tributárias que estão em andamento. As estimativas de perda para fazer frente a estes processos estão devidamente provisionadas.

## **24. PASSIVO A DESCOBERTO**

### **a. Capital autorizado**

O capital autorizado é dividido em 60.000.000 de ações, sendo 20.000.000 ações ordinárias e 40.000.000 ações preferenciais.

Em 31 de dezembro de 2011, o capital subscrito e integralizado é de 54.064.588 de ações, sendo 20.000.000 ações ordinárias e 34.064.588 ações preferenciais.

As ações preferenciais não têm direito a voto, porém têm o direito de preferência no recebimento de dividendos mínimos e garantia de um dividendo 10% superior ao dividendo pago aos acionistas titulares de ações ordinárias. Para as ações de qualquer espécie é assegurado dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da legislação em vigor.

### **b. Programa de *American Depositary Receipts***

Em 6 de junho de 1994, foi iniciado o programa de *American Depositary Receipts* - ADR nível 1, aprovado pela *Securities Exchange Commission* - SEC, dos Estados Unidos da América, pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Banco Central do Brasil. Esse programa dá aos detentores de ações preferenciais da Bombril S.A. o direito de depositarem suas ações em custódia no Banco Itaú S.A., em São Paulo, e receberem *American Depositary Receipts*-ADR em Nova York.

Estão depositadas no The Bank of New York 31.889 ações preferenciais, em 31 de dezembro de 2011, equivalentes a 31.889 ADR's, representando 0,06% do capital total.

c. Reserva de reavaliação

Em 31 de dezembro de 2011, a reserva de reavaliação reflexa da controlada Bombril Mercosul S.A., líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 40.529 (R\$ 43.084 em 31 de dezembro de 2010).

## 25. RECEITA LÍQUIDA

	Controladora			Consolidado		
	31.12.11	31.12.10	31.12.09	31.12.11	31.12.10	31.12.09
Receita bruta	1.156.619	1.099.427	1.130.490	1.161.632	1.114.873	1.135.462
(-) Devoluções	(36.556)	(45.725)	(27.629)	(36.556)	(45.725)	(27.723)
(-) Impostos s/receita	(279.106)	(263.660)	(270.318)	(279.262)	(264.224)	(273.524)
Total	<u>840.957</u>	<u>790.042</u>	<u>832.543</u>	<u>845.814</u>	<u>804.924</u>	<u>834.215</u>

## 26. LUCRO POR AÇÃO

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício atribuível aos detentores de ações ordinárias pela quantidade média ponderada de ações ordinárias da Bombril S.A. em circulação durante os exercícios apresentados.

O quadro abaixo, apresentado em R\$, reconcilia o lucro líquido apurado em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 aos montantes utilizados no cálculo do lucro por ação básico e diluídos:



	<u>31/12/2011</u>			<u>31/12/2010</u>			<u>31/12/2009</u>		
	<u>Ordinária (ON)</u>	<u>Preferencial (PN)</u>	<u>Total</u>	<u>Ordinária (ON)</u>	<u>Preferencial (PN)</u>	<u>Total</u>	<u>Ordinária (ON)</u>	<u>Preferencial (PN)</u>	<u>Total</u>
<b>Numerador</b>									
Lucro líquido atribuível a cada classe de ações	(6.907)	(11.763)	(18.670)	11.186	19.052	30.238	155.826	265.407	421.233
<b>Denominador</b>									
Média ponderada de ações em circulação	20.000.000	34.064.588	54.064.588	20.000.000	34.064.588	54.064.588	20.000.000	34.064.588	54.064.588
Lucro por ação (R\$) – Básico	(0,35)	(0,35)		0,56	0,56		7,79	7,79	
Lucro por ação (R\$) – Diluído	(0,35)	(0,35)		0,56	0,56		7,79	7,79	

As ações preferenciais não são conversíveis em ações ordinárias e a Companhia não possui outros instrumentos com potencial efeito diluidor. Por esse motivo, o lucro por ação básico é igual ao lucro por ação diluído.

Adicionalmente, a Companhia não detêm outros instrumentos que não foram considerados no cálculo do lucro por ação diluído por terem seus efeitos anti-diluidores.

## 27. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS RECONHECIDAS NAS DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

A Companhia apresentou as demonstrações dos resultados utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	31.12.11	31.12.10	31.12.09	31.12.11	31.12.10	31.12.09
Insumos	(299.081)	(287.215)	(297.953)	(299.620)	(282.387)	(297.856)
Despesas com pessoal	(147.982)	(132.463)	(126.027)	(148.530)	(144.050)	(126.964)
Energia elétrica	(8.934)	(17.857)	(6.554)	(8.937)	(17.859)	(6.554)
Manutenção	(13.085)	(6.789)	(1.673)	(13.347)	(6.790)	(1.673)
Depreciação e amortização	(10.602)	(8.621)	(7.395)	(13.478)	(23.336)	(18.504)
Despesas com promoção de vendas	(88.526)	(71.450)	(84.264)	(89.487)	(71.450)	(84.698)
Despesas com propaganda e marketing	(38.936)	(40.897)	(32.787)	(39.643)	(41.249)	(32.787)
Despesas de alugueis	(11.237)	(10.457)	(8.701)	(8.301)	(7.211)	(7.937)
Despesas com fretes	(81.634)	(82.392)	(63.567)	(81.640)	(82.410)	(63.699)
Outras despesas	(79.200)	(75.753)	(72.421)	(93.475)	(79.399)	(75.199)
	<u>(779.217)</u>	<u>(733.894)</u>	<u>(701.342)</u>	<u>(796.458)</u>	<u>(756.141)</u>	<u>(715.871)</u>

	Controladora			Consolidado		
	31.12.11	31.12.10	31.12.09	31.12.11	31.12.10	31.12.09
Custo dos produtos vendidos	(465.751)	(436.451)	(426.397)	(473.633)	(439.000)	(428.987)
Despesas com vendas	(270.103)	(256.794)	(232.492)	(271.699)	(256.974)	(233.415)
Despesas administrativas	(43.363)	(40.649)	(42.453)	(51.126)	(60.167)	(53.469)
	<u>(779.217)</u>	<u>(733.894)</u>	<u>(701.342)</u>	<u>(796.458)</u>	<u>(756.141)</u>	<u>(715.871)</u>

## 28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

	31.12.11			31.12.10			31.12.09		
	Higiene e limpeza	Atividades Imobiliárias	Consolidado	Higiene e limpeza	Atividades Imobiliárias	Consolidado	Higiene e limpeza	Atividades Imobiliárias	Consolidado
Receita líquida de vendas	840.801	5.013	845.814	790.042	14.882	804.924	834.137	78	834.215
Custo dos produtos vendidos	(472.740)	(893)	(473.633)	(433.885)	(5.115)	(439.000)	(428.963)	(24)	(428.987)
Lucro bruto	368.061	4.120	372.181	356.157	9.767	365.924	405.174	54	405.228
Despesas com vendas	(271.699)	-	(271.699)	(256.974)	-	(256.974)	(233.411)	(4)	(233.415)
Despesas Administrativas	(48.232)	(2.894)	(51.126)	(57.125)	(3.042)	(60.167)	(50.534)	(2.935)	(53.469)
Outras despesas (receitas) liq.	1.596	5.576	7.172	(12.044)	(1.661)	(13.705)	142.157	3.073	145.230
Lucro Operacional antes do resultado financeiro	49.726	6.802	56.528	30.014	5.064	35.078	263.386	188	263.574
Receitas financeiras	5.354	277	5.631	5.993	1.261	7.254	4.266	156	4.422
Despesas financeiras	(36.898)	(5.715)	(42.613)	(28.204)	(5.488)	(33.692)	(37.708)	(7.444)	(45.152)
Variação cambial, líquida	(40.748)	-	(40.748)	14.244	-	14.244	127.665	-	127.665
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	(22.566)	1.364	(21.202)	22.047	837	22.884	357.609	(7.100)	350.509
Imposto de renda e contribuição social corrente	(6.369)	(243)	(6.612)	(4.414)	(521)	(4.935)	(374)	-	(374)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.501	-	8.501	12.304	-	12.304	68.706	877	69.583
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(20.434)	1.121	(19.313)	29.937	316	30.253	425.941	(6.223)	419.718

A Administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela presidência e corpo diretivo.

As informações apresentadas ao principal tomador de decisões para alocar recursos e avaliar o desempenho dos segmentos focam no resultado geral do negócio situado no mercado e categoria, ou seja, focam na perspectiva de mercado de higiene e limpeza, seu principal segmento operacional.

Não houve transações entre segmentos da Companhia.

	31.12.11			31.12.10			31.12.09		
	Higiene e limpeza	Atividades Imobiliárias	Total	Higiene e limpeza	Atividades Imobiliárias	Total	Higiene e limpeza	Atividades Imobiliárias	Total
Ativos totais	601.303	83.926	685.229	532.676	91.679	624.355	567.999	67.173	635.172
Passivos totais	646.778	38.451	685.229	546.485	77.870	624.355	565.590	69.582	635.172
Depreciação e amortização	22.451	8	22.459	23.328	8	23.336	17.955	9	17.964
Aquisição do imobilizado	35.665	-	35.665	36.272	-	36.272	30.215	-	30.215

## 29. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	Controladora			Consolidado		
	31.12.11	31.12.10	31.12.09	31.12.11	31.12.10	31.12.09
Juros sobre empréstimos	(10.779)	(5.524)	(3.632)	(13.080)	(8.405)	(7.078)
Juros sobre operações de mútuo	-	-	(153)	-	-	(783)
Juros sobre operações de terceiros	(753)	(648)	(888)	(4.415)	(3.395)	(3.419)
Juros sobre impostos parcelados	(22.266)	(20.554)	(29.966)	(22.468)	(20.617)	(32.260)
Encargos bancários	(2.486)	(958)	(1.358)	(2.595)	(1.275)	(1.612)
Receitas financeiras	5.265	5.964	4.213	5.563	7.254	4.422
Variação cambial líquida	(30.979)	41.835	113.218	(40.735)	14.244	127.665
Total	<u>(61.998)</u>	<u>20.115</u>	<u>81.434</u>	<u>(77.730)</u>	<u>(12.194)</u>	<u>86.935</u>

## 30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é aprovada pelo Conselho de Administração para aprovação e operacionalização da estratégia apresentada. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

As operações da Companhia e das suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

### a) Considerações sobre riscos

#### i) Risco de crédito

A Companhia e suas controladas restringem a exposição a riscos de crédito associados a caixa e equivalentes de caixa, efetuando seus investimentos em instituições financeiras sólidas e com remuneração em títulos de curto prazo. Com relação às contas a receber, que estão sujeitas a riscos de crédito e que de forma geral não têm garantias, os procedimentos adotados para minimizar os riscos comerciais incluem a seletividade dos clientes, mediante uma adequada análise de crédito, estabelecimento de limites de venda e prazos curtos de vencimento dos títulos. As perdas estimadas com esses clientes são integralmente provisionadas.

## ii) Risco de taxa de câmbio

Este risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa ou receita financeira e os saldos ativos ou passivos de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira. Além disso, este risco influencia o preço de alguns insumos que são cotados em moeda estrangeira e pode afetar positiva ou negativamente o custo do produto vendido. A Companhia não possui instrumentos derivativos para proteção do risco de oscilação da taxa de câmbio.

## iii) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia e as suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

A Companhia não possui instrumentos derivativos para proteção do risco de flutuação da taxa de juros.

## iv) Risco de preço dos insumos.

Esse risco está relacionado à possibilidade de oscilação no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados nos processos produtivos da Companhia. Para minimizar este risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações de preços dos insumos utilizados em seus processos produtivos, de forma a otimizar a equação do custo do produto vendido.

## v) Risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é do Conselho de Administração, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequado, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O endividamento líquido é o seguinte:

	Controladora			Consolidado		
	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/09</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/09</u>
Dívida	110.416	50.101	44.083	126.725	75.289	68.966
Caixa e equivalentes de caixa	<u>(16.779)</u>	<u>(49.465)</u>	<u>(20.163)</u>	<u>(22.196)</u>	<u>(49.527)</u>	<u>(20.522)</u>
Dívida líquida	93.637	636	23.920	104.529	25.762	48.444

A dívida é definida como empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo.

### Tabelas do risco de liquidez e juros

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

	Controladora						
	Taxa de juros efetiva média ponderada	Menos de 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
<b>31 de dezembro de 2011</b>	%	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Passivos de arrendamento financeiro	16,78	95	189	852	870	-	2.006
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	16,02	4.674	9.349	42.069	30.626	-	86.718
Instrumentos a taxas de prefixadas	4,86	1.184	2.368	10.656	7.484	-	21.692
		5.953	11.906	53.577	38.980	-	110.416
<b>31 de dezembro de 2010</b>							
Passivos de arrendamento financeiro	14,46	81	181	754	764	-	1.780
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	12,34	1.067	5.368	16.569	16.191	-	39.195
Instrumentos a taxas de prefixadas	4,50	40	117	513	7.273	1.183	9.126
		1.188	5.666	17.836	24.228	1.183	50.101
<b>31 de dezembro de 2009</b>							
Passivos de arrendamento financeiro	10,5	114	198	571	902	-	1.785
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	11,73	1.069	7.735	11.260	22.042	-	42.106
Instrumentos a taxas de prefixadas	4,50	-	-	12	180	-	192
		1.183	7.933	11.843	23.124	-	44.083

Consolidado							
	Taxa de juros efetiva média <u>ponderada</u>	Menos de <u>1 mês</u>	De 1 a 3 <u>meses</u>	De 3 meses <u>a 1 ano</u>	De 1 a 5 <u>anos</u>	Mais de <u>5 anos</u>	<u>Total</u>
	%	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
<b>31 de dezembro de 2011</b>							
Passivos de arrendamento financeiro	16,78	95	189	852	870	-	2.006
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	16,03	4.755	21.696	42.798	31.151	-	100.400
Instrumentos a taxas de prefixadas	5,27	1.185	2.371	10.668	10.095	-	24.319
		6.035	24.256	54.318	42.116	-	126.725
<b>31 de dezembro de 2010</b>							
Passivos de arrendamento financeiro	14,46	81	181	754	764	-	1.780
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	12,34	22.748	5.735	18.219	17.682	-	64.384
Instrumentos a taxas de prefixadas	4,50	40	117	513	7.273	1.182	9.125
		22.869	6.033	19.486	25.719	1.182	75.289
<b>31 de dezembro de 2009</b>							
Passivos de arrendamento financeiro	10,50	114	198	571	902	-	1.785
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	11,56	1.961	22.736	16.592	25.700	-	66.989
Instrumentos a taxas de prefixadas	4,50	-	-	12	180	-	192
		2.075	22.934	17.175	26.782	-	68.966

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento esperado para os ativos financeiros não derivativos indexados a taxa de juros ( não inclui depósitos a vista e caixa ) da Companhia. A tabela foi elaborada de acordo com os prazos de vencimento não descontados dos ativos financeiros, incluindo os juros que serão auferidos a partir desses ativos. A inclusão de informação sobre ativos financeiros não derivativos é necessária para compreender a gestão do risco de liquidez da Companhia, uma vez que ela é gerenciada com base em ativos e passivos líquidos.

Controladora							
	Taxa de juros efetiva média <u>ponderada</u>	Menos de <u>1 mês</u>	De 1 a 3 <u>meses</u>	De 3 meses <u>a 1 ano</u>	De 1 a 5 <u>anos</u>	Mais de <u>5 anos</u>	<u>Total</u>
	%	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
<b>31 de dezembro 2011</b>							
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	<b>10,86</b>	14.037	8.605	2.948	5.827	-	31.417
		14.037	8.605	2.948	5.827	-	31.417
<b>31 de dezembro de 2010</b>							
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	<b>9,61</b>	45.860	-	11.255	3.069	-	60.184
		45.860	-	11.255	3.069	-	60.184
<b>31 de dezembro de 2009</b>							
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	<b>8,91</b>	17.952	1.452	15.137	214	-	34.755
		17.952	1.452	15.137	214	-	34.755

		Consolidado						
		Taxa de juros efetiva média <u>ponderada</u> %	Menos de <u>1 mês</u> R\$	De 1 a 3 <u>meses</u> R\$	De 3 meses <u>a 1 ano</u> R\$	De 1 a 5 <u>anos</u> R\$	Mais de <u>5 anos</u> R\$	Total R\$
<b>31 de dezembro 2011</b>								
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas		<b>10,86</b>	29.912	8.625	2.948	6.363	-	47.848
			29.912	8.625	2.948	6.363	-	47.848
<b>31 de dezembro de 2010</b>								
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas		<b>9,61</b>	45.860	-	11.255	5.656	-	62.771
			45.860	-	11.255	5.656	-	62.771
<b>31 de dezembro de 2009</b>								
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas		<b>8,91</b>	18.007	1.452	15.137	214	-	34.810
			18.007	1.452	15.137	214	-	34.810

Os valores incluídos acima para instrumentos pós-fixados ativos e passivos financeiros não derivativos estão sujeitos a mudança, caso a variação nas taxas de juros pós-fixadas difira dessas estimativas apuradas no final do período de relatório.

#### b) Principais políticas contábeis

Os detalhes a respeito das principais políticas contábeis e métodos adotados, inclusive o critério para reconhecimento, a base para mensuração e a base nas quais as receitas e despesas são reconhecidas no resultado em relação a cada classe de ativos, passivos e instrumentos financeiros, estão apresentados na nota explicativa n.º.3 destas demonstrações financeiras.

#### c) Categorias de instrumentos financeiros

##### Bombril S.A.

Categoria de instrumentos financeiros

	Controladora			Consolidado		
	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/09</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/09</u>
<b>Ativos financeiros</b>						
Valor justo por meio do resultado-						
Caixa e saldos de bancos	16.779	49.465	20.163	29.912	47.527	20.522
Títulos e Valores Mobiliários	17.380	14.324	16.802	17.936	16.911	16.803
Contas a Receber	158.279	104.865	158.749	160.362	106.609	162.116
Outras Contas a Receber	4.359	2.024	3.296	4.910	2.168	3.415
<b>Passivos financeiros</b>						
Contas a Pagar	76.699	63.582	66.243	77.381	63.880	66.677
Empréstimos e Financiamentos	110.416	50.102	44.083	126.725	75.290	68.966



**d) Análise de sensibilidade de moeda estrangeira**

A Companhia está exposta ao Euro, Euribor e Dolar. Em 31 de dezembro de 2011, os principais saldos atrelados a moeda estrangeira são relacionados a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/11	31/12/10	31/12/09	31/12/11	31/12/10	31/12/09
Eurobonds		311.260	353.246		2.633	5.926
Finimp	2.223		1.367	2.223		1.367
	<u>2.223</u>	<u>311.260</u>	<u>354.613</u>	<u>2.223</u>	<u>2.633</u>	<u>7.293</u>
Valores a pagar de terceiros	21.378	18.872	20.559	21.378	18.872	20.559
	<u>21.378</u>	<u>18.872</u>	<u>20.559</u>	<u>21.378</u>	<u>18.872</u>	<u>20.559</u>
Fornecedores	2.613	239	86	2.613	239	86
Finimp	5.562		1.154	5.562		1.154
ACC	4.639	6.370	4.062	4.639	6.370	4.062
	<u>12.814</u>	<u>6.609</u>	<u>5.302</u>	<u>12.814</u>	<u>6.609</u>	<u>5.302</u>

A análise de sensibilidade efetuada considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 10% entre o Real e as moedas estrangeiras sobre estes saldos em aberto na datas do balanço. A taxa de sensibilidade utilizada corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças nas taxas de câmbio. O impacto calculado considerando esta variação na taxa de câmbio sobre os saldos em 31 de dezembro de 2011 seria uma despesa ou receita financeira de R\$ 37.361 na controladora, quando e caso ocorresse a valorização ou desvalorização da moeda (R\$ 3.642 no consolidado).

**e) Análise de sensibilidade de taxa de juros**

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros no final do período de relatório. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no final do período de relatório esteve em aberto durante todo o exercício. Um aumento ou uma redução de 2% é utilizado para apresentar internamente os riscos de taxa de juros ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças nas taxas de juros.

Se as taxas de juros fossem 2% mais altas/baixas e todas as outras variáveis se mantivessem constantes:

O lucro do período em 31 de dezembro 2011 diminuiria/aumentaria em R\$ 2.555 (redução/aumento de R\$ 2.423 em setembro 2011). Isso ocorre principalmente devido à exposição da Companhia às taxas de juros dos empréstimos feitos a taxas pós-fixadas.

**f) Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme ICVM nº475/08.**

A Companhia apresenta abaixo as informações suplementares sobre seus instrumentos financeiros que são requeridas pela Instrução CVM no 478 de 17 de dezembro de 2008, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRSs e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na elaboração dessa análise de sensibilidade suplementar, a Companhia adotou as seguintes premissas, definidas na Instrução CVM no 478:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, que são os mesmos divulgados na nota explicativa nº 27.a.iv;
- Um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados, dentro do esperado para a Companhia, e que é referenciada por fonte externa independente;
- Definição de dois cenários com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada;
- Apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia.

O demonstrativo de análise de sensibilidade suplementar é como segue:

<b>Descrição</b>	<b>Risco</b>	<b>Deterioração 25%</b>	<b>Deterioração 50%</b>
Passivos em Euro	Valorização do Euro	556	1.112
Passivos em Euribor	Valorização do Euribor	5.345	10.689
Passivos em Dolar	Valorização do Dolar	3.204	6.407
<b>Exposição líquida</b>		<b>9.105</b>	<b>18.208</b>

<b>Descrição</b>	<b>Risco</b>	<b>Deterioração 25%</b>	<b>Deterioração 50%</b>
Empréstimos	Aumento na taxa de juros	4.385	8.769
<b>Exposição líquida</b>		<b>4.385</b>	<b>8.769</b>

**g) Valor justo dos instrumentos financeiros**

O IFRS 7 define o valor justo como o preço de troca que seria recebido por um ativo ou pago por transferir um passivo (preço de saída) no principal ou o mais vantajoso mercado para o ativo ou passivo numa transação normal entre participantes do mercado na data de mensuração. O IFRS 7 também estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela empresa, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O IFRS descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas para mensuração ao valor justo:

Mensurações de valor justo de Nível 1 – São obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Mensurações de valor justo de Nível 2 – São obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).

Mensurações de valor justo de Nível 3 – São as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

A tabela a seguir fornece uma análise dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, agrupados nos Níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo:

31/12/11						
Controladora			Consolidado			
	Preços cotados em mercados ativos para ativos idênticos (Nível 1)	Preços cotados em mercados não ativos para ativos similares (Nível 2)	Registros não observáveis (Nível 3)	Preços cotados em mercados ativos para ativos idênticos (Nível 1)	Preços cotados em mercados não ativos para ativos similares (Nível 2)	Registros não observáveis (Nível 3)
<b>Ativos financeiros</b>						
Valor justo por meio do resultado-						
Mantidos para negociação	-	14.037	-	-	29.912	-
Total:	-	14.037	-	-	29.912	-
31/12/10						
Controladora			Consolidado			
	Preços cotados em mercados ativos para ativos idênticos (Nível 1)	Preços cotados em mercados não ativos para ativos similares (Nível 2)	Registros não observáveis (Nível 3)	Preços cotados em mercados ativos para ativos idênticos (Nível 1)	Preços cotados em mercados não ativos para ativos similares (Nível 2)	Registros não observáveis (Nível 3)
<b>Ativos financeiros</b>						
Valor justo por meio do resultado-						
Mantidos para negociação	-	45.860	-	-	45.860	-
Total:	-	45.860	-	-	45.860	-
31/12/09						
Controladora			Consolidado			
	Preços cotados em mercados ativos para ativos idênticos (Nível 1)	Preços cotados em mercados não ativos para ativos similares (Nível 2)	Registros não observáveis (Nível 3)	Preços cotados em mercados ativos para ativos idênticos (Nível 1)	Preços cotados em mercados não ativos para ativos similares (Nível 2)	Registros não observáveis (Nível 3)
<b>Ativos financeiros</b>						
Valor justo por meio do resultado-						
Mantidos para negociação	-	17.952	-	-	18.007	-
Total:	-	17.952	-	-	18.007	-

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos são descritos a seguir:

<b>Controladora</b>						
31/12/11		31/12/10		31/12/09		
Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	
<b>Ativos financeiros</b>						
Caixa e saldos de bancos	2.742	2.742	3.605	3.605	2.211	2.211
Aplicações Financeiras	14.037	14.037	45.860	45.860	17.952	17.952
Títulos mantidos até o vencimento	17.380	17.380	14.324	14.324	16.802	16.802
	<u>34.159</u>	<u>34.159</u>	<u>63.789</u>	<u>63.789</u>	<u>36.965</u>	<u>36.965</u>
<b>Passivos financeiros</b>						
Empréstimos e Financiamentos	110.416	110.416	50.101	50.101	44.083	44.083
	<u>110.416</u>	<u>110.416</u>	<u>50.101</u>	<u>50.101</u>	<u>44.083</u>	<u>44.083</u>
<b>Consolidado</b>						
31/12/11		31/12/10		31/12/09		
Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	
<b>Ativos financeiros</b>						
Caixa e saldos de bancos	3.186	3.186	3.667	3.667	2.515	2.515
Aplicações Financeiras	29.912	29.912	45.860	45.860	18.007	18.007
Títulos mantidos até o vencimento	17.936	17.936	16.911	16.911	16.803	16.803
	<u>51.034</u>	<u>51.034</u>	<u>66.438</u>	<u>66.438</u>	<u>37.325</u>	<u>37.325</u>
<b>Passivos financeiros</b>						
Empréstimos e Financiamentos	126.725	126.725	75.289	75.289	68.966	68.966
	<u>126.725</u>	<u>126.725</u>	<u>75.289</u>	<u>75.289</u>	<u>68.966</u>	<u>68.966</u>

Os instrumentos financeiros que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado e se aproximam do seu valor justo.

i) Caixa e Equivalentes de Caixa e títulos mantidos até o vencimento

O valor de mercado desses ativos não difere dos valores apresentados nas demonstrações financeiras. As taxas pactuadas refletem as condições usuais de mercado.

ii) Empréstimos e Financiamentos

Registrados com base nos juros contratuais de cada operação. Para a realização do cálculo do valor de mercado dos mesmos foram utilizadas estimativas de taxa de juros para a contratação de operações com prazos e valores similares. As condições e os prazos destes empréstimos e financiamentos estão apresentados nas Notas 18. O valor justo dos empréstimos e financiamentos, registrados com base nos juros contratuais de cada operação, não diferem significativamente dos valores apresentados nas demonstrações financeiras.

### 31. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de mitigá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e suas operações. Em 31 de dezembro de 2011, a cobertura de seguros contra riscos da

Companhia era de R\$ 612.553 (R\$ 635.941 em 2010), composta da seguinte forma: Prédios R\$ 106.866 (R\$ 88.859 em 2010); Máquinas e Móveis e Utensílios R\$ 246.473 (R\$ 197.364 em 2010); Mercadorias e Matérias-Primas R\$ 44.497 (R\$ 35.359 em 2010); Lucro Cessantes R\$ 214.716 (R\$ 314.359 em 2010).

## **32. RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS**

### Avais, fianças e garantias

A Companhia possui como garantia, hipotecas (todos os graus), avais, penhor, caução e fianças no montante de R\$ 418.266 em 31 de dezembro de 2011, sendo que R\$ 46.308 referem-se a itens do ativo imobilizado oferecidos em garantia e R\$ 371.958 referem-se a participações societárias, avais e cauções. Estes foram dados como garantia de processos judiciais em andamento, contratos de fornecimentos de produtos, arrendamento mercantil e compromissos de empresas relacionadas.

Os ativos imobilizados dados em garantia à execução fiscal nº 0001260-98.2011.4.03.611 (vide nota explicativa 23 – Compra e Venda de Títulos) ainda não estão contemplados nesta nota, pois estão em trâmite de formalização junto à Fazenda Nacional.

## **33. REAPRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 – RETIFICAÇÃO DE ERROS**

Conforme mencionado na nota explicativa nº 19 - Obrigações Fiscais e Tributárias, em 27 de outubro de 2009 a Companhia formalizou a opção pelo parcelamento previsto pela Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, denominado pelo mercado de “REFIS IV”. A consolidação do referido parcelamento foi concluída pela Receita Federal do Brasil em junho de 2011, momento em que Companhia obteve uma posição formal das dívidas tributárias incluídas no respectivo sistema de parcelamento. O valor maior da dívida reconhecido contabilmente pela Companhia decorreu de diversas premissas adotadas em setembro de 2009, mas que se mostraram inadequadas em junho de 2011, momento em que foi possível verificar os critérios corretos para a migração dos parcelamentos anteriormente concedidos para a Lei 11.941. Os reflexos mais relevantes referem-se a débitos anteriormente confessados no âmbito do PAES (Parcelamento Especial instituído pela Lei 10.684 de 2003), resultando em ajustes de exercícios anteriores, assim como a diferenças de cálculo dos benefícios instituídos pela Lei 11.941, ajustados no exercício de 2009.

O ajuste decorrente da referida consolidação ocasionou significativa redução do Passivo Tributário com impacto positivo no Patrimônio Líquido, modificações em outros grupos das demonstrações financeiras, com maior relevância em Impostos Diferidos Ativos e Passivos e Impostos correntes sobre o lucro líquido, e redução das Despesas Financeiras.

Com base no Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros, a Companhia preparou a reapresentação

retrospectiva das demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

#### Balanco Patrimonial Reapresentado em 31 de dezembro de 2010

		Individual			Consolidado		
		Original	Ajustes	Reapresentado	Original	Ajustes	Reapresentado
<b>Ativo Total</b>		<b>887.664</b>	<b>(18.385)</b>	<b>869.279</b>	<b>670.856</b>	<b>(18.993)</b>	<b>651.864</b>
	Tributos Diferidos	46.502	(18.993)	27.509	46.502	(18.993)	27.509
<b>Passivo Total</b>		<b>887.664</b>	<b>(18.385)</b>	<b>869.279</b>	<b>670.856</b>	<b>(18.993)</b>	<b>651.864</b>
<b>Circulante</b>		<b>170.926</b>	<b>12.412</b>	<b>183.337</b>	<b>208.495</b>	<b>(2.265)</b>	<b>206.230</b>
	Partes Relacionadas	-	14.676	14.676			
	Tributos a recolher	54.269	(2.265)	52.004	67.228	(2.265)	64.962
<b>Não Circulante</b>		<b>839.057</b>	<b>(93.063)</b>	<b>745.994</b>	<b>580.255</b>	<b>(78.995)</b>	<b>501.260</b>
	Partes Relacionadas	361.164	(14.676)	346.488			
	Tributos parcelados	268.549	(76.464)	192.085	268.920	(76.464)	192.456
	Tributos Diferidos	69.488	(293)	69.195	130.932	(2.531)	128.401
<b>PL Consolidado (passivo a descoberto)</b>		<b>(122.319)</b>	<b>62.268</b>	<b>(60.051)</b>	<b>(122.319)</b>	<b>62.268</b>	<b>(60.051)</b>
<b>Participação dos acionistas não controladores</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.425</b>	<b>-</b>	<b>4.425</b>
Lucros / Prejuízos Acumulados		(927.696)	59.738	(867.958)	(927.696)	59.738	(867.958)
Ajustes de Avaliação Patrimonial		72.061	2.530	74.591	72.061	2.530	74.591

#### Descritivo dos efeitos no Patrimônio Líquido (passivo a descoberto)

Passivo a descoberto original	(122.319)
Correção de passivos tributários	59.066
Reversão de juros	8.352
Diferença de Impostos (correntes e diferido)	(5.150)
<b>Passivo a descoberto reapresentado</b>	<b>(60.051)</b>

#### Demonstração do Resultado Reapresentada em 31 de Dezembro de 2010

DRE - 1/01/2010 a 31/12/2010	Individual			Consolidado		
	Original	Ajustes	Reapresentado	Original	Ajustes	Reapresentado
Res. antes do res. financeiro e tributos	3.087	840	3.927	35.356	(278)	35.078
Resultado Financeiro	11.763	8.352	20.115	(20.546)	8.352	(12.194)
Res. antes dos tributos sobre os lucros	14.850	9.192	24.042	14.810	8.074	22.884
IR e CSSL	13.452	(7.256)	6.196	13.507	(6.138)	7.369
<b>Resultado Líquido</b>	<b>28.302</b>	<b>1.936</b>	<b>30.238</b>	<b>28.302</b>	<b>1.936</b>	<b>30.238</b>
Resultado dos acionistas não controladores	-	-	-	15	-	15

#### Descritivo dos efeitos no Resultado do Exercício

<b>Resultado do período original</b>	<b>28.302</b>
Ajuste multa sobre impostos	840
Ajuste de juros sobre dívidas tributárias	8.352
Ajuste IR e CSSL	(7.256)
<b>Resultado do período reapresentado</b>	<b>30.238</b>

### Balanço Patrimonial Reapresentado em 31 de dezembro de 2009

		Individual			Consolidado		
		Original	Ajustes	Reapresentado	Original	Ajustes	Reapresentado
<b>Ativo Total</b>		<b>891.567</b>	<b>(704)</b>	<b>890.863</b>	<b>635.172</b>	<b>-</b>	<b>635.172</b>
	Investimentos	554.489	(704)	553.785	-	-	-
<b>Passivo Total</b>		<b>891.567</b>	<b>(704)</b>	<b>890.863</b>	<b>635.172</b>	<b>-</b>	<b>635.172</b>
<b>Circulante</b>		<b>179.589</b>	<b>(1.343)</b>	<b>178.246</b>	<b>214.188</b>	<b>(1.342)</b>	<b>212.846</b>
	Tributos a Recolher	54.036	(1.343)	52.693	65.484	(1.342)	64.142
<b>Não Circulante</b>		<b>851.538</b>	<b>(59.692)</b>	<b>791.846</b>	<b>560.427</b>	<b>(58.989)</b>	<b>501.438</b>
	Tributos Parcelados	281.956	(71.076)	210.880	282.567	(71.077)	211.490
	Tributos Diferidos	39.027	13.207	52.234	101.108	12.088	113.196
	Provisões Diversas	17.379	(1.823)	15.556	-	-	-
<b>PL Consolidado (passivo a descoberto)</b>		<b>(139.560)</b>	<b>60.331</b>	<b>(79.229)</b>	<b>(139.560)</b>	<b>60.331</b>	<b>(79.229)</b>
<b>Participação dos acionistas não controladores</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>117</b>	<b>-</b>	<b>117</b>
Lucros / Prejuízos Acumulados		(962.252)	<b>59.066</b>	(903.186)	(962.252)	<b>59.066</b>	(903.186)
Ajustes de Avaliação Patrimonial		75.783	<b>1.265</b>	77.048	75.783	<b>1.265</b>	77.048

### Descritivo dos efeitos no Patrimônio Líquido (passivo a descoberto)

Passivo a descoberto original	(139.560)
Correção de passivos tributários	59.066
Ajustes de Avaliação Patrimonial	1.265
<b>Passivo a descoberto reapresentado</b>	<b>(79.229)</b>

### Demonstração do Resultado Reapresentada em 31 de Dezembro de 2009

DRE - 1/01/2009 a 31/12/2009	Individual			Consolidado		
	Original	Ajustes	Reapresentado	Original	Ajustes	Reapresentado
Outras Receitas Operacionais	164.327	(3.576)	160.750	171.544	(3.577)	167.967
Outras Despesas Operacionais	(8.332)	(3.507)	(11.839)	(19.230)	(3.507)	(22.737)
Resultado da Equivalência Patrimonial	(5.922)	1.119	(4.803)	-	-	-
Resultado Financeiro	35.905	45.529	81.434	41.406	45.529	86.935
Res. antes dos tributos sobre os lucros	317.179	39.565	356.744	312.064	38.445	350.509
IR e CSSL	69.643	(5.154)	64.489	73.243	(4.034)	69.209
<b>Resultado Líquido</b>	<b>386.822</b>	<b>34.411</b>	<b>421.233</b>	<b>386.822</b>	<b>34.411</b>	<b>421.233</b>
Resultado dos acionistas não controladores	-	-	-	<b>1.515</b>	<b>-</b>	<b>1.515</b>

### Descritivo dos efeitos no Resultado do Exercício

<b>Resultado do período original</b>	<b>386.822</b>
Ajuste custos, desp. adm., multa equiv. patrim.	(5.964)
Ajuste de juros sobre dívidas tributárias	45.529
Ajuste IR e CSSL	(5.154)
<b>Resultado do período reapresentado</b>	<b>421.233</b>

## 34. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras da Empresa foram aprovadas pela Administração em reunião ocorrida em 28 de Março de 2012.

\* \* \*